

O PLANO DE AUSTRERIDADE NÃO SERVE OS TRABALHADORES

No decorrer de uma entrevista à televisão, e durante a qual foram ouvidos os representantes dos três partidos políticos representados no Governo, o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, manifestou a posição do seu Partido face ao Plano de Austeridade elaborado pelo VI Governo Provisório.

Recordando, embora, que o PCP não tinha ainda um conhecimento profundo dos decretos aprovados, pelo que não tinha sido possível estudá-los de molde a serem analisadas todas as suas incidências, o camarada Carlos Costa frisou que o essencial é que as medidas de austeridade incidam fundamentalmente sobre as classes privilegiadas e não sobre as classes exploradas.

Salientando mais adiante ser um facto que a situação económica é relativamente má, embora não catastrófica como desde Spínola alguns pretendem fazer crer o camarada Carlos Costa apontou algumas das razões fundamentais da deficiente situação económica presente, nomeadamente a pesada herança do fascismo, a sabotagem económica dos capitalistas e latifundiários depois do 25 de Abril e a profunda e prolongada crise económica que o capitalismo atravessa em todo o mundo e que em Portugal se reflecte fortemente dada a dependência económica do nosso país em relação ao estrangeiro.

Recordou depois a última reunião do Comité Central do Partido Comunista Português onde os problemas económicos do povo português tinham sido largamente debatidos e cujo relatório final apontava como tarefa central imediata vencer a depressão e a recessão económica com vista a uma ulterior política de desenvolvimento, considerando ainda como objectivo prioritário a redução da situação deficitária da economia portuguesa (défices entre a produção e o consumo, défices das balanças comercial e de pagamento, défice do orçamento, défice dos sectores nacionalizados e outros).

Seguidamente e referindo-se às medidas agora tomadas quanto ao aumento de preços e impostos que vão recair em grande parte sobre os trabalhadores, frisou que essas medidas causam sérias apreensões ao Partido Comunista Português, tanto mais que não se conjugam com o congelamento das contratações colectivas que, a

prolongar-se, viria a agravar de forma incomparável a situação dos trabalhadores. Prosseguindo, assinalou o facto de estas medidas serem tomadas ao mesmo tempo que se vão lançar vultuosos empréstimos internos para indemnizar os grandes accionistas dos bancos nacionais e ultramarinos.

Por último e depois de se ter referido ao problema dos transportes onde se faz sentir a falta de medidas adequadas desde o 25 de Abril e avisando para o facto de um aumento das tarifas poder desencadear conflitos sociais, o camarada Carlos Costa ao terminar a entrevista afirmou que ao contrário de uma política que lance sobre os trabalhadores as dificuldades da situação económica o que o Comité Central do PCP propõe é:

— o aumento da produção industrial e agrícola com o alargamento do mercado interno e externo;

— a redução dos consumos supérfluos e gastos não essenciais, através duma política de austeridade e de um esforço de poupança nacional que atinja preferencialmente as camadas privilegiadas;

— a dinamização do sector nacionalizado através do auxílio do Estado e da direcção, intervenção e controle dos trabalhadores numa perspectiva socialista;

— apoios preferenciais aos sectores em crise;

— a dinamização da agricultura, através do apoio a cooperativas e herdades colectivas na zona da Reforma Agrária e de apoio aos pequenos e médios agricultores com créditos, fixação de preços compensadores, simplificação dos circuitos comerciais e medidas para o escoamento das produções;

— uma política de comércio externo que aproveite as grandes potencialidades oferecidas pelos países socialistas e pelo terceiro mundo;

— o combate ao desemprego, a melhoria das condições de vida das camadas trabalhadoras mais desfavorecidas e a manutenção do poder de compra dos trabalhadores, por actualizações periódicas de salários acompanhando o aumento dos preços.

Sobretudo o que o PCP reprova, como sempre reprova, é uma política que vise fazer pagar às classes trabalhadoras o peso das dificuldades económicas e financeiras, como salientou durante toda a entrevista, o camarada Carlos Costa.

UM MARCO NA HISTÓRIA DO PCP



Em 26 de Dezembro do ano passado, uma delegação do nosso Partido entregava no Supremo Tribunal de Justiça a documentação necessária à legalização do PCP. Era o primeiro Partido a fazê-lo, assinalando a importância histórica do acto na institucionalização da democracia portuguesa. Marco na vida e na história do PCP, marco na história das lutas dos trabalhadores contra o fascismo, o significado da legalização foi assinalado com a presença dos nossos camaradas Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Sérgio Vilarigues, Dias Lourenço e Pedro Soares, o nosso saudoso camarada brutalmente roubado ao nosso convívio. Passado um ano sobre a legalização do Partido, um ano fértil em lutas da classe operária e dos restantes trabalhadores, aqui deixamos a lembrança dessa data como um voto pela consolidação das vitórias alcançadas e pelo feliz prosseguimento da luta pela instauração do socialismo em Portugal.

Editorial

REFORÇAR A FRENTE POLÍTICA MELHORAR A ORGANIZAÇÃO TAREFAS ESSENCIAIS DO MOMENTO

As mudanças ocorridas depois dos acontecimentos de fins de Novembro exigem, como é dito no documento do Comité Central do PCP do dia 13 último, «a redefinição dos objectivos imediatos, um exame do ritmo e formas de desenvolvimento do processo, um esforço de defesa e consolidação da revolução, uma reconsideração do sistema de alianças conjunturais, a médio e a longo prazo».

São exigências que se colocam a todos os que, conscientes da gravidade dos perigos que ameaçam a democracia portuguesa, não desejam o regresso ao passado e querem defender a todo o custo as grandes conquistas da revolução.

Para o PCP, vanguarda revolucionária do proletariado português, essas exigências implicam um esforço redobrado na frente política e um trabalho diversificado e profundo na frente de organização.

(Continua na pág. 2)

I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA



Crónica do
enviado especial
de «Avante!»

Fernando Correia

Pág. 4



Se é certo que os perigos da contra-revolução aumentaram, não é menos certo que as forças e potencialidades da Revolução são ainda imensas. Mediante uma correcta orientação, podem assegurar a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

Do documento da reunião do CC do PCP de 13 de Dezembro de 1975

- Mário Soares, Lisnave e anticomunismo - Pág. 2
- A CIP quer salvar a nação à custa dos trabalhadores - Pág. 2
- Que justiça, que liberdade? - Pág. 3

O CC do PCP sublinha a necessidade de reforço da vida, actividade e luta sindical na base de um grande esforço para a unidade dos trabalhadores (sejam quais forem as suas tendências políticas) dentro de cada sindicato e no movimento sindical no seu conjunto. Na preparação de eleições é de emprender um grande esforço unitário, designadamente na elaboração das listas e do programa de direcção e na acção sindical.

Do documento da reunião do CC do PCP de 13 de Dezembro de 1975

- Intervenção policial no Sindicato dos Farmacêuticos - Pág. 5
- Suspensa a greve dos livreiros - Pág. 5

As Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, os Conselhos de Aldeia e outras formas de organização unitária de base têm também um papel importante na democratização da vida nacional. (...) O PCP defende a completa autonomia e independência dos organismos populares unitários em relação aos partidos, ao governo e a quaisquer autoridades.

Do documento da reunião do CC do PCP de 13 de Dezembro de 1975

- Assembleia Popular da 7.ª Zona - Pág. 6
- O PCP defende na Constituinte as Assembleias Populares - Pág. 6
- Quem quer liquidar as Juntas de Freguesia - Pág. 6

O reforço do PCP é um factor essencial para a unidade da classe operária, para a defesa e prosseguimento da Revolução Democrática Portuguesa. Sem o PCP não se pode construir em Portugal um regime democrático. O reforço do PCP é do interesse de todos quantos desejam impedir o regresso do fascismo, desejam defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, desejam construir um Portugal democrático a caminho do socialismo.

Do documento da reunião do CC do PCP de 13 de Dezembro de 1975

- Centro de Trabalho em Santos-o-Velho - Pág. 5
- Festa infantil de Nata! do PCP - Pág. 8
- Comício no Pavilhão dos Desportos - Pág. 8

Editorial

REFORÇAR A FRENTE POLÍTICA MELHORAR A ORGANIZAÇÃO TAREFAS ESSENCIAIS DO MOMENTO

(Continuação da pág. 1)

///

Na frente política, é a solução global, negociada, para a crise político-militar que norteia os esforços imediatos do PCP.

As mudanças ocorridas na situação política e as alterações na correlação de forças não só não anulam como puseram ainda com mais força a necessidade e a urgência dessa solução. Sem dúvida que as condições não são as mesmas. Aquilo que podia ser obtido ontem, antes do aventurismo esquerdista e do sectarismo terem comprometido seriamente as posições dos negociadores da esquerda, não é o mesmo que hoje está ao alcance das forças democráticas mais consequentes.

Sem dúvida também que se trata de uma situação conjuntural, marcada pela instabilidade, de duração imprevisível, mas é agora e não amanhã — amanhã pode ser tarde — que é preciso encontrar, no meio das concepções e propostas de solução diversas, a fórmula unitária, de convergência, sobre as questões essenciais, entre as formações políticas verdadeiramente interessadas em salvar a revolução portuguesa dos graves perigos que a ameaçam.

Precisamente porque é conjuntural e instável a situação política actual, seriam irrealistas e falhas de sucesso as tentativas para impor aos outros as soluções próprias ou para acentuar a contragosto a viragem à direita na política nacional.

Se é certo que os perigos da contra-revolução aumentaram, não é menos certo que as forças e potencialidades da revolução são ainda imensas. Essas forças podem estar momentaneamente

afectadas pelos traumatismos do 25 de Novembro, mas estão lá, existem, dispõem-se a lutar pelas liberdades democráticas contra o fascismo e pela defesa das conquistas fundamentais da revolução, e constituiria um gravíssimo erro de cálculo concluir o contrário.

Seria ainda irrealismo político considerar os acontecimentos de fins de Novembro como uma derrota do PCP. Incorríveis dirigentes de direita do PS tocam ainda a estafada tecla do «golpe comunista» de 25 de Novembro e apontam a derrota das sublevações militares como uma derrota do PCP.

Se alguma conclusão se pode tirar dos acontecimentos de Novembro — e muito é já possível concluir — é que eles constituem uma vitória da linha política do PCP, um argumento poderoso a favor da solução política global proposta pelos comunistas e a condenação do confronto violento como forma de solução dos diferendos políticos no seio das Forças Armadas e entre as forças democráticas portuguesas. A minuscultação dos grupos e partidos esquerdistas e da ultra-esquerda depois dos acontecimentos de Novembro, as numerosas defecções nas fileiras do PS e a cisão dos «independentes» no seio do PPD mostram precisamente que o que foi derrotado foram as concepções oportunistas de esquerda e de direita no processo político português e que o PCP saiu reforçado desses acontecimentos.

///

Nas negociações em curso para os reajustamentos no elenco governamental, os argumentos eleitoralistas, que tanto têm falseado a verdadeira imagem dos partidos «chamados maioritários», estão a ser usados para tentar impor aos contraditores a hegemonia do partido respectivo.

Questões como as da «homogeneidade» dos ministérios, que o PS quer impor como critério dos reajustamentos — homogeneidade não de programa político do ministério mas do seu carácter partidário — é uma maneira eufemística

de impor a hegemonia do PS no governo, principalmente à custa do PCP.

Também o PPD — cuja participação no governo, como partido da grande burguesia e da reacção que é tem sido fortemente contestada pelo PCP — combate a hipótese de mais uma pasta aos comunistas com o ridículo argumento de que, passando este de 1 para 2, aumentaríamos de 100% a sua representação! É uma outra forma tortuosa de disputar com o PS a hegemonia no governo.

A participação dos comunistas no Governo Provisório é do interesse político da classe operária e de todos os trabalhadores da cidade e do campo.

Tentar reduzir essa participação e procurar impor critérios hegemónicos baseados numa força eleitoral mais que aleatória neste momento, não oferece a saída para a crise no plano governamental nem beneficia os sectores mais amplos da sociedade portuguesa.

///

Na frente da organização, a criação de novos organismos populares de base, a sua dinamização e estruturação, é um imperativo da luta pela defesa das liberdades e das conquistas fundamentais da revolução na hora actual.

Precisamente factores de instabilidade social tais como o elevamento excepcional do custo de vida, o aumento do desemprego, ligado a propósitos de congelamento e mesmo abaixamento dos salários dos trabalhadores, sem contrapartida, antes pelo contrário, em medidas severas contra os grandes possuidores, e da mesma forma os atentados aos direitos e liberdades dos trabalhadores como o da suspensão pelo ministro do Trabalho das direcções dos sindicatos dos empregados da indústria farmacêutica, são factores que exigem o reforço da organização do movimento popular de massas como uma tarefa prioritária.

A unidade dos trabalhadores está conquis-

tando significativas vitórias contra o divisionismo dos elementos oportunistas e pseudo-revolucionários. Igualmente, através da dinamização das Assembleias Populares e das Comissões de Moradores vêem-se surgir novas formas de iniciativa e de gestão democráticas que estão transformando a vida das populações.

O reforço da unidade e a dinamização do movimento sindical é uma tarefa inadiável dos trabalhadores de vanguarda. Socialistas, comunistas e trabalhadores doutras formações políticas ou sem elas devem superar as suas diferenças de opinião para se unirem na base da sua solidariedade de classe contra o capital e transformarem os sindicatos em poderosos baluartes da classe operária.

As Comissões de Trabalhadores têm uma função insubstituível na mobilização de massas nas empresas e locais de trabalho. Na luta reivindicativa, no estabelecimento e eficiência do controlo operário, na gestão das cooperativas agrícolas e das explorações colectivas no campo, o sectarismo deve desaparecer para dar lugar a uma representatividade efectiva de todos os trabalhadores.

Nas Assembleias Populares e Comissões de Moradores pode fundir-se a vontade e acção de largas massas na solução de muitos dos problemas que afectam o povo. O balanço, por exemplo, feito por um deputado do PCP na Assembleia Constituinte das actividades desses organismos populares no concelho de Sintra é uma experiência rica e concludente.

///

O caminho da superação das actuais dificuldades e desfavores da correlação de forças passa pelo reforço da actividade política unitária das forças democráticas e das massas populares.

Lutar nestas duas frentes é agir consequentemente em defesa dos objectivos fundamentais da revolução.

A CIP QUER SALVAR A NAÇÃO À CUSTA DOS TRABALHADORES

A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) aproveita, mais uma vez, a maré reaccionária e termina o seu congresso, interrompido em Julho, propondo uma série de medidas contra as conquistas democráticas dos trabalhadores. Saudosos do fascismo, os grandes patrões da indústria põem em causa a capacidade do Estado

Com a significativa presença de um representante do ministro do Trabalho, cap. Tomás Rosa, terminou, no Porto, «em clima sereno e produtivo», o congresso dos grandes patrões da indústria. Nesse clima, sublinhado a propósito pelo presidente da CIP, (Confederação da Indústria Portuguesa) eng. Vasco de Mello, os congressistas proferiram, para «instauração da confiança», medidas urgentes no sentido de indemnizar os grandes monopolistas, cujas empresas foram nacionalizadas. Mais proferiram os patrões da CIP que «sendo objectivo programático de qualquer sociedade pluralista a atribuição do poder soberano a órgãos democraticamente eleitos pelo povo, as decisões de nacionalização sejam submetidas sempre à aprovação e confirmação da Assembleia Legislativa».

Mais uma vez (a última tentativa era de Julho) os grandes patrões da indústria pretendem salvar a Nação. Sempre que a reacção dá um passo, os capitalistas dão dois. Foi o que se passou no Porto, no último fim-de-semana. E, como sempre, lá veio a grande medida de salvação nacional: suspensão temporária de reivindicações salariais, pois «a situação financeira é dramática» para os grandes patrões e grandes responsáveis por essa situação cujo preço querem fazer pagar à classe operária e aos restantes trabalhadores.

A CIP pretende passar um atestado de incompetência ao processo democrático e revolucionário. Consideram, textualmente, os grandes patrões, que «o Estado não dispõe de meios humanos necessários que garantam a gestão eficiente e racional dos sectores já nacionalizados». E como poderia dispor? Afastados alguns donos do fascismo, donos dos monopólios e da grande propriedade rural, afastados os fascistas e seu regime, como poderiam ficar satisfeitos com a gestão das «suas» empresas os congressistas do Porto? Os grandes patrões julgam-se insubstituíveis contra todas

as provas em contrário. Contam, é claro, com os saneamentos à esquerda, principalmente agora, depois do 25 de Novembro. E esperam, é bom de ver, que as autoridades, continuando com esses saneamentos, lhes dêem inteira razão. Voltar atrás é o grande objectivo da CIP reunida em congresso. O Estado, segundo a Confederação, no tempo desse regime de opressão e miséria não era criticável por falta de eficiência. Agora é.

O controlo operário é letra morta para os grandes industriais. As conquistas democráticas também. O panorama, para eles, é de perfeito cataclismo. Até se referem, com «comovedora preocupação», ao desemprego pelo qual são os grandes responsáveis.

Falam da Assembleia Legislativa como se já fossem os donos dela. Falam de «pluralismo» de forma altamente significativa. Querem impor a sua via para «a nova sociedade socialista em construção». Também são socialistas os grandes patrões da indústria!!! Quem diria?

E como os grandes agrários, em Rio Maior, relativamente aos pequenos e médios agricultores, a CIP no Porto verte lágrimas de encomenda pelas pequenas e médias empresas que os monopólios sempre se dedicaram a destruir, querendo continuar a fazê-lo, querendo continuar a engolir os pequenos e médios industriais e comerciantes, na «nova sociedade socialista em construção». Querem cegar as suas vítimas apontando-lhes o caos e a desordem, quando são eles, grandes patrões, que provocam esse clima, quando foram eles que, durante o fascismo, levaram à ruína milhares de pequenas e médias empresas, dominando os bancos, distribuindo o crédito como entendiam, beneficiando dos grandes favores do fascismo, manobrando para que ninguém pudesse opor-se à sua sede de lucro, ao seu domínio dos mercados.

São esses, são os mesmos, que agora falam em nome das pequenas e médias empresas. São eles

que se atrevem a falar até dos trabalhadores, tudo em nome da «capacidade de iniciativa do empresário privado».

Sabemos onde leva essa «capacidade de iniciativa» quando se trata dos monopólios e dos latifúndios. Sabemos até que ponto os grandes industriais do CDS e do PPD querem fazer da Assembleia Legislativa uma forma legal de voltarem à posse daquilo que pertence ao Povo português. Fascistas notórios usam a linguagem social-democrata, repetem «slogans» bem conhecidos dos tempos de Spínola. Falam de «clima psicológico», em «abusos do poder económico», cujos responsáveis seriam os trabalhadores e os quadros técnicos que os apoiam e junto deles trabalham. Preparam-se como no tempo de Palma Carlos, como no 28 de Setembro, para por em «medidas à disposição do governo». Medidas que certamente há muito terão na gaveta e, desta vez, são «as jurídicas disciplinadoras da concorrência».

Os trabalhadores portugueses têm consciência da crise que atravessamos e sabem quem a provocou. Não afastam o pequeno empresário honesto. Antes procuram a sua aliança. O nosso Partido tem apoiado e promovido iniciativas para a defesa dos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores dentro do processo democrático. Os mais importantes documentos do PCP e as intervenções públicas dos seus dirigentes deixam sempre bem clara a necessidade de apoio e ajuda em créditos e outros estímulos às empresas pequenas ou grandes, que derem uma contribuição positiva ao desenvolvimento económico, investindo capitais, aumentando a produção e criando postos de trabalho.

Temos pugnado pelo apoio às pequenas e médias empresas, através de créditos, aligeiramento fiscal, encomendas do Estado e autarquias, procura de mercados. Não deixamos de apoiar o estímulo e garantia a investimentos

estrangeiros com controlo do Estado e com eventual formação de empresas mistas.

Mas contra aquilo que os grandes patrões da indústria propõem, contra a exploração que a CIP pretende impor à classe operária e aos restantes trabalhadores, defenderemos intransigentemente estes pontos de uma plataforma de emergência bem conhecida, a saber:

Actualização periódica de salários e vencimentos em correspondência com os aumentos de preços. Prosseguimento dos critérios de justiça social nas revisões a efectuar, com prioridade para os trabalhadores mais mal pagos.

Prosseguimento da contratação colectiva entre sindicatos e entidades patronais e obrigatoriedade do cumprimento dos contratos colectivos de trabalho.

Melhoramento dos benefícios sociais (pensões, abono, assistência médica, etc.).

Política de luta contra o desemprego na indústria e na agricultura. Proibição dos despedimentos sem justa causa. Estímulo a criação de postos de trabalho. Abertura de obras públicas. Subsídios.

Contenção do aumento dos preços de géneros de primeira necessidade e das rendas de casa.

Perante o avanço das forças reaccionárias que, no último fim-de-semana, no Porto, saíram mais uma vez a terreiro pela mão dos grandes patrões da indústria, o nosso Partido lembra esses pontos, essas medidas de emergência aprovadas no seu VII Congresso, para, entre outras, «solucionar os problemas mais instantes da vida nacional», na perspectiva da «defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento» dentro de uma estratégia antimonopolista, pois é dentro dela que se têm de considerar as respostas aos problemas que a vida política, económica e social coloca perante o Povo e o País.

MÁRIO SOARES, LISNAVE E ANTICOMUNISMO

Tudo parece servir à propaganda do PS, mas a substância dela é constituída ainda pelo anticomunismo e pelas afirmações fantasiosas acerca do nosso Partido

O secretário-geral do Partido Socialista faria, segundo a administração da Lisnave, um muito vasto conceito da propaganda partidária. Nesse conceito caberia (o que, em comunicado aquela administração «lamenta profundamente») a utilização propagandística de «um pedido feito, a título particular, ao dr. Mário Soares para que entregasse um memorandum (na Suécia) no qual se chamava a atenção para a ilegalidade e a gravidade de uma ameaça feita por uma empresa estatizada sueca de não satisfazer os importantes compromissos assumidos com estaleiros portugueses».

Era, certamente, uma carta para gente amiga do dr. Mário Soares. A intenção era boa. Nunca é demais interceder para que não nos ameacem com dívidas. A Administração da Lisnave é que não o entendeu assim, pois não esperava que, «quando da sua partida para o estrangeiro, o dr. Mário Soares» declarasse «que uma das principais razões da sua ida à Suécia era conseguir que fossem pagas à Lisnave as dívidas das empresas armadoras suecas».

O comunicado não esclarece o porquê dessa «ameaça». Tão-pouco o dr. Mário Soares esclarece o porquê dessas «dívidas» e qual a razão por que seria ele a pessoa indicada para «conseguir que fossem pagas à Lisnave as dívidas das empresas armadoras suecas». Será que essas empresas resolvem os seus problemas comerciais em Portugal através do Partido Socialista?

Cremos que não. Mas permitimo-nos discordar da administração da Lisnave quando se limita a recusar a dúvida de que «tivesse delegado no secretário-geral do Partido Socialista a resolução dos seus problemas comerciais». A administração da Lisnave deveria recusar, sobretudo, a dúvida, muito mais legítima de que algumas empresas suecas tenham feito depender do dr. Mário Soares o absterem-se de ameaças. Talvez o «imbróglão» ficasse menos enredado.

Mas, vendo bem, «imbróglão» não há nenhum. O que temos de recusar e combater, para que termine

definitivamente, é o tipo de chantagem política que determinados partidos pretendem utilizar arvorando-se em «campeões» sem rival das «ajudas» sociais-democratas.

E a Lisnave deve ser capaz de cobrar as suas facturas. Quando não, e tratando-se de uma empresa estatizada (a sueca e nacionalizada (a nossa), devem ser os órgãos competentes do Estado Português a intervir no caso.

Mas o dr. Mário Soares não foi apenas à Suécia, nem a sua «propaganda partidária», como lhe chama a administração da Lisnave, se limita ao memorandum para a empresa que ameaça faltar aos seus compromissos.

O dirigente do PS, quando faz verdadeira propaganda partidária faz anti-

comunismo. Segundo um vespertino lisboeta, o secretário-geral do Partido Socialista, conforme declarações em Oslo, afirma que existem «provas concludentes do envolvimento do Partido Comunista na tentativa de golpe de 25 de Novembro passado».

E, mais tarde, em Bona, não se coíbe: «Houve uma confrontação — declara — entre dois conceitos distintos de revolução: o conceito democrático, que nós adoptamos, e um conceito totalitário e autoritário, que os comunistas e outros esquerdistas tentaram impor».

O dr. Mário Soares confunde. O dr. Mário Soares «inventa» um «partido totalitário», inventa «provas concludentes» para se afirmar, ele e o seu partido, como «democráticos». O secretário-geral do PS sabe que

o PCP não se confunde com «outros grupos esquerdistas».

A posição do nosso Partido perante os acontecimentos de Novembro já foi suficientemente esclarecida. A opinião democrática do estrangeiro saberá dar o devido desconto às afirmações caluniosas do dr. Mário Soares.

E algumas provas disso chegaram até nós. Uma delas, publicada na Bélgica, é a tomada de posição firme da Juventude Comunista Belga, que, numa carta aberta ao dr. Mário Soares, «se faz eco das preocupações de numerosos jovens progressistas belgas e de uma parte importante da opinião democrática do seu país», perante o anticomunismo de que o dirigente do PS «há muitos meses vem sendo um dos portavozes».

TENTATIVA DE SUBLEVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Uma revolta militar em Moçambique — onde não seria de estranhar se fosse descoberto o dedo de antigos caciques coloniais — foi rapidamente esmagada pelas massas trabalhadoras e pelos militares

Devido à rápida intervenção das Forças Populares de Libertação de Moçambique e ao apoio decidido das massas trabalhadoras foi esmagada, naquele país africano, uma rebelião militar que eclodiu em Lourenço Marques no passado dia 17 e durante a qual cerca de quatrocentos rebeldes, pertencendo principalmente a unidades estacionadas no bairro da Machava, pretendiam opor-se à consolidação da disciplina revolucionária.

Entretanto, segundo noticiou um vespertino lisboeta, o conhecido fascista Alpoim Calvão, homem de confiança de Spínola, e Jorge Jardim, colonialista de longa data, cuja carreira foi encetada como secretário de Estado na ditadura salazarista, ter-se-iam encontrado em Joanesburgo poucos dias antes da rebelião ser desencadeada. Como é sobejamente conhecido, Jorge Jardim possuía grandes interesses económicos em Moçambique em relação aos quais não teve tempo ou então a espartezza, que outros utilizaram ao mesmo tempo que manifestavam o seu apoio à política de descolonização, para transferir as suas riquezas para lugar mais seguro.

No comunicado oficial, em que se informa o ocorrido, o governo de Moçambique refere que os origens do levantamento armado, e dado que ainda não foram apuradas todas as responsabilidades, centram-se nas medidas decretadas em relação às Forças Populares de Libertação de Moçambique na intenção de anular «numerosos casos de violação da linha política e da disciplina da Frelimo», nomeadamente no que diz respeito aos actos de corrupção, abuso de autoridade, parasitismo, desrespeito das estruturas, uso de drogas, protecção à prostituição, maus tratos à população e roubos.

Os pequenos focos que subsistiram após o esmagamento da revolta foram rapidamente neutralizados pela acção das massas populares, enquadradas pelos grupos dinamizadores, que localizaram os reaccionários e informaram as FPLM e a polícia de todos os movimentos destes reaccionários, muitos dos quais se refugiaram em prédios ocupados à força ou, nalguns casos, com a connivência dos outros reaccionários não hesitaram em abandonar as fardas e as armas para envergarem a roupa civil e escaparem à detenção.

Os saudosistas do regime colonial que já andavam de cabeça arrebitada pelo que julgavam ser uma derrota para o povo moçambicano podem perder definitivamente as esperanças pois, por cada investida da reacção, mais se consolida o poder do povo moçambicano que não quer voltar a ser escravizado.

O CONSELHO DE SEGURANÇA CONDENOU A INVASÃO DE TIMOR AS RECENTES MEDIDAS ECONÓMICAS

A condenação, pelo Conselho de Segurança, da invasão de Timor por forças da Indonésia, insere-se na condenação internacional, que se impõe, do acto agressivo de Jacarta. Mas muitos mais esforços são necessários para conseguir que as tropas da Indonésia se retirem do território de Timor

O Conselho de Segurança decidiu, por unanimidade, pedir ao Governo Indonésio que retire, sem demora, todas as suas forças de Timor Leste, cessando assim um acto de agressão que visa cortar o processo de independência de Timor Oriental.

O preâmbulo da resolução lamenta a intervenção da Indonésia no território e deplora que o Governo de Portugal — não desempenhe totalmente as suas responsabilidades como potência administrativa no território.

O texto, que recebeu os votos afirmativos de todos os membros do Conselho de Segurança da ONU, constata a decisão esperada, por se inserir em normas básicas de relações internacionais, de não permitir a violação dos princípios de territorialidade de Timor Oriental,

assim como o inalienável direito da sua população à autodeterminação», pede ao Governo da Indonésia «que retire sem demora todas as forças do território», e a todos os Estados e outras partes interessadas «que cooperem totalmente com os esforços das Nações Unidas para alcançar uma solução pacífica para a situação existente e para facilitar a descolonização do território». É requerida a participação directa do secretário-geral da ONU nos esforços a emprender para uma real solução da situação criada pela invasão de Timor por tropas indonésias.

A decisão do Conselho de Segurança da ONU — decisão esperada, por se inserir em normas básicas de relações internacionais, de não permitir a violação dos princípios

de ONU, e no próprio contexto actual da política internacional — insere-se na necessária posição de denúncia e condenação internacional da atitude agressiva assumida pela Indonésia.

Os pedidos dirigidos à Indonésia para que retire as suas forças do território de Timor Oriental, não irão, por si, resolver o problema. A agressão por parte da Indonésia não é acto de mero despotismo gratuito. Tem raízes mais fundas. O apoio mal encoberto dos EUA à agressão é suficientemente significativo. Não convém ao imperialismo, não convém à Indonésia de Suharto, que fundou o seu regime sobre a matança e a tortura de mais de cem mil camaradas e trabalhadores indonésios, o nascimento de um Timor Oriental pro-

gressista, enclavado no que considera incontestado domínio seus.

Forças progressistas e forças da reacção, enfrentam-se neste momento em Timor. O agressor é mais uma vez o imperialismo, utilizando uma ponta de lança na zona — a Indonésia, um partido fantoche — a UDT. Com o seu cinismo habitual, a Indonésia argumenta estar a agir em defesa da paz. A defesa da paz, da democracia, da liberdade, as capas com que normalmente se encobrem os actos agressivos da reacção. Capas cada vez mais desmistificadas.

Hoje, impõe-se conjugar todos os esforços para que cesse a invasão de Timor, para que as tropas invasoras de Jacarta abandonem definitivamente o país.

Estão a ser postas progressivamente em prática um conjunto de medidas de política económica que, apesar de todas as declarações feitas em contrário, só poderão ter como resultado que sejam principalmente os trabalhadores a pagar os custos da actual crise económica.

Efectivamente, o aumento dos preços de produtos de amplo consumo popular já verificado (exs.: arroz, batata, tabaco, etc.), assim como a escalada de aumentos que se anunciam para breve, só poderão ter como consequência o agravamento das já difíceis condições de vida de largos sectores da população trabalhadora.

Tal situação é ainda agravada pelo congelamento de toda a contratação colectiva durante um mês, que afectou imediatamente cerca de 800 000 trabalhadores.

Assim, centenas de milhares de trabalhadores não viram os seus salários recuperar, pelo menos, o poder de compra já perdido, resultante do aumento verificado nos preços entre a data em que foi publicado o Contrato Colectivo de Trabalho que ainda está em vigor, e o momento presente.

Se o VI Governo aceitar a reivindicação do patronato, que é de prolongar o congelamento da contratação colectiva por mais três meses, a situação tornar-se-á insuportável para largas camadas da população mais desfavorecida, e será inevitável uma generalizada oposição das classes trabalhadoras, e também da pequena e média burguesia, profundamente afectadas por esta política económica antipopular.

capitalista), ou reflexo dos aumentos verificados nos custos dos chamados factores de produção (que é inevitável também em sistema capitalista). Se for assim, e parece que é (pois é isso que se desprende da notícia saída nos jornais diários sobre as resoluções tomadas), então as principais empresas beneficiadas com tais medidas serão as grandes firmas portuguesas e estrangeiras (estas também instaladas em Portugal) que exportam, pois são estas que controlam a maior parte das vendas portuguesas em mercados estrangeiros.

Mas o problema grave que se

coloca neste campo, é a impossibilidade de cada vez mais acentuada, sentida por milhares e milhares de pequenas e médias empresas, de escoar para mercados externos aquilo que não conseguem vender internamente. Tal situação está intimamente ligada, por um lado, ao anacrónico sistema de produção portuguesa; por outro lado, à pequenez do nosso mercado interno e, finalmente, às crescentes dificuldades que têm encontrado estas empresas para colocar os seus produtos nos chamados mercados tradicionais (motivos: crise nesses países, bolcoete, diminuição da competitividade

etc.). O apoio a estas empresas (PME) passa, não pela simples adopção de medidas postas em prática em países capitalistas ocidentais, mas por medidas fundamentalmente dirigidas à reestruturação e modernização do aparelho produtivo nacional, e à criação de uma estrutura estatal de comércio externo (por ex: empresas públicas do comércio externo para os principais sectores) que assegurem a essas empresas a compra certa da sua produção, a preços compensadores, e que depois coloco essa produção nos mercados mais adequados aos interesses do nosso País.

QUE JUSTIÇA, QUE LIBERDADE?

Uma curiosa concepção de justiça que liberta os responsáveis da guerra colonial e afasta das famílias aqueles que contribuíram para a paz

Silva Cunha, antigo ministro do Ultramar e da Defesa no regime de Salazar e Caetano, foi libertado. Justificando as libertações verificadas e outras que entretanto se realizam, o tenente-coronel Costa Neves disse: «As libertações que se vão verificar, devem-se ao facto de NÃO HAVER RAZÕES FORTES QUE OBRIGUEM A UMA DETENÇÃO. Não pretendemos, de modo algum, cometer erros anteriormente praticados».

Enquanto ocorrem estas significativas libertações, advogados de alguns dos detidos por implicação na tentativa de golpe contra-revolucionário do 11 de Março promovem uma conferência de imprensa, em que defendem que os seus clientes devem aguardar julgamento fora da cadeia — ainda que em regime de liberdade condicionada».

As exigências dos advogados dos presos no 11 de Março, a libertação de elementos altamente responsáveis da política fascista, não constituem de forma alguns factos desligados. Antes se inserem nos esforços para aproveitar uma momentânea derrota da esquerda, retirando-lhe todos os possíveis frutos, avançados, dentro do possível, no rumo de uma política que nada tem a ver com o processo revolucionário português. Pretende mesmo servir de tábua ao seu avanço. Criar uma situação dificilmente recuperável. Uma situação que seria de imediato aproveitada pela escalada fascista e iria atropelar mesmo os que pensam hoje poder estabelecer e consolidar uma impossível democracia burguesa no nosso país.

Os advogados que pedem a liberdade condicional para aqueles que no 11 de Março lançaram um desafio à nossa revolução, tentaram derrubá-la, afogando em sangue a jovem democracia portuguesa — invocam os Direitos do Homem. A contradição surge — gritante. Mas não incomoda os seus promotores, que muito provavelmente argumentarão que, no caso do retorno do fascismo, invocariam esses mesmos direitos em defesa dos comunistas presos (dos que entretanto não fossem aniquilados na voragem da carnificina que a direita, tradicionalmente, não hesita em em-

pregar como método eficaz). É igualmente em nome da justiça que Silva Cunha foi libertado. Ao que parece pertenciam a categoria de pessoas contra as quais não havia «razões fortes que obriguem a uma detenção».

Resta-nos tentar compreender esta estranha lógica. Gente que cometeu o mais grave crime que hoje pode ser tentado em Portugal — pôr em causa o futuro livre de todo um povo; gente que para alcançar tal sinistro objectivo se propunha dividir as Forças Armadas, mergulhar o país na guerra civil; gente que se libertada — rapidamente retomaria o seu lugar nas fileiras da reacção, contribuindo para que o espectro do fascismo pesasse mais sobre as perspectivas da revolução em Portugal — para

essa gente se pede a liberdade. Condiçãoada ou não, que importa? Qual é o condicionamento?

Depois da libertação de Silva Cunha, torna-se difícil compreender que razões, em Portugal, podem obrigar a uma detenção. Ou os termos da responsabilidade estão invertidos, ou se pretende inverter a marcha da História. Poucos se poderão gabar de ter sido mais responsáveis pelos crimes praticados em África e em Portugal, contra os seus respectivos povos, contra todos os que mais consequentemente se empenharam e empenham no processo de libertação dos seus países, que um ministro do Ultramar e da Defesa do regime fascista. Não é quem

empunha o chicote que tem maior responsabilidade no inqualificável crime cometido. Mas quem o manda empunhar por centenas de mãos contra os revolucionários de ontem, de hoje, de sempre.

Silva Cunha foi libertado. Pede-se a liberdade para os que atentaram contra o 25 de Abril. Em nome da justiça. Em nome da liberdade.

Talvez. Mas não em nome da liberdade e da justiça para o povo português. Essa exige também que se abram portas de prisões. Mas não as de Caxias ou de Alentejo. As de Custóias. Em nome da justiça. Em nome da liberdade.

AS ESPERANÇAS DA OTAN

Em cada curva mais apertada do processo revolucionário português, a OTAN manifesta claramente as suas esperanças num definitivo recuo da Revolução em Portugal. A luta das massas trabalhadoras, a sua determinação em defender as conquistas alcançadas, porá cobro, mais uma vez, a tais esperanças

No seu regresso a Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, afirmou: «A nossa situação está mais clarificada em relação à OTAN», especificando que «não há, neste momento, nenhuma dúvida sobre a via democrática e a estabilização dessa via democrática em Portugal».

A terminar, o dr. Medeiros Ferreira acentuava que a questão angolana preocupa, realmente, todos os países da OTAN, e que todos os países haviam sido muito claros em afirmar que «não permitirão que Angola se torne um foco de tensão, pois isso trará, rapidamente, consequências nefastas à Europa».

Não é a primeira vez que o mundo ocidental manifesta tamanhas certezas — pelo menos no

plano formal — em relação à «evolução democrática» de Portugal. Certezas posteriormente ensoberbadas com o avanço das forças «totalitárias», os líricos terrores de uma «ditadura de esquerda». Certezas que são normalmente acompanhadas de múltiplas promessas e de apelos para auxílios económicos.

Hoje assiste-se de novo a um processo semelhante. Não se trata, naturalmente, de uma repetição de situações. O processo revolucionário português, como qualquer outro processo revolucionário, tem sofrido várias oscilações, avanços da Revolução entremeados de ofensivas das forças reacçãoárias. Sempre que tais ofensivas se concretizam, ou simplesmente esboçam, o mundo capitalista interfere descaradamente,

estendendo a sua «mão salvadora» a todos aqueles que lhe parecem susceptíveis de, voluntária ou involuntariamente, empunharem Portugal para fora da estrada da Revolução. Fala-se então de esperanças de um «Portugal democrático».

Os avanços decididos no caminho de um futuro socialista geram naturalmente as reacções opostas. Para o mundo capitalista, Portugal passa então a ser terra sitiada. realiza-se de facto a sabotagem económica, sob as mais diversas formas. Fala-se de tirania, da morte das liberdades recém-nascidas. Do retorno a uma ditadura ainda mais feroz — não o fascismo, é evidente —, mas a «ditadura comunista». O coro orquestrado de calúnias quase abafa, no mundo ocidental, qualquer informação digna de crédito.

Trata-se naturalmente de posições significativamente diferentes. Como é significativo o contraste entre as esperanças expressas pela OTAN no futuro de Portugal e o tom ameaçador com que os problemas de Angola são focados. Para o mundo capitalista, ou talvez para uma sua fachada, a Revolução portuguesa está na antecâmara do seu fim. Suceder-se-á-lhe a democracia burguesa.

Não é a primeira vez que o mundo capitalista toma esta posição. Tais certezas constituem também — e é esse o seu objectivo — um meio de pressão. O mundo capitalista não nutre de facto tantas certezas.

Uma realidade lhe salta entretanto aos olhos — à Revolução atravessa uma curva difícil, o espectro do fascismo é uma ameaçadora realidade. O imperialismo, a reacção internacional, darão, se puderem, mais um empurrão, para precipitar Portugal no abismo.

VIDA SOVIÉTICA



Revista mensal de actualidade da URSS. Outubro de 1975. 58 anos de poder soviético. Costa Gomes na URSS. reportagem fotográfica.

Acaba de ser posto à venda o número duplo da revista «Vida Soviética», correspondente aos meses de Outubro e Novembro. Com 120 páginas amplamente ilustradas, este número duplo é dedicado essencialmente às comemorações do 58.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a viagem do Presidente Costa Gomes à União Soviética e ao Ano Internacional da Mulher.

Além das habituais secções, o presente número inclui uma reportagem sobre a participação portuguesa na exposição internacional realizada em Leningrado, uma entrevista com o director do Departamento Central de Turismo Estrangeiro, um conto de Serguei Nikitin e um artigo sobre a famosa ginasta Ludmila Turichieva.

Ler e divulgar o «AVANTE!» é ajudar o Partido

Grande Festa do fim de Ano das edições Avante! NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA (FIL) dia 31-12-75 às 21 horas Grande Espectáculo COM HELENA ISABEL • ANTONIO BORGIA • ANTONIO SANTOS EDITE SOMBREIREIRO • ANTONIO MONTES • BARATA MOURA CARLOS MENDES • CARLOS PAREDES • FERNANDO TORDO FRANCISCO NICHOLSON • HENRIQUETA MAIA • JOSÉ DE CASTRO J. C. ARY DOS SANTOS • JOSÉ JORGE LETRIA • LUIS GILIA MARIA DA GLÓRIA • MORAIS E CASTRO • CONJUNTO «OUTUBRO» ETC. ETC. ETC. BAILIATÉ de MADRUGADA SURPRESAS • ILUSIONISTAS • LEILÕES • ETC. Grande sorteio com os números dos convites de entrada. 500 Prémios! 1.º prémio: as obras completas de Lenine Camarada, colabora na campanha de fundos oferece «comes e bebes» para o bar

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!» Indo ao encontro do solicitado por inúmeros leitores acabamos de criar o serviço de novidades por colecções — O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!» VANTAGENS Este serviço oferece aos assinantes a comodidade de receberem os nossos livros em suas casas ou nos locais que nos indicarem, antes de serem postos à venda. Este serviço garante aos assinantes que nenhum livro das Edições «Avante!» em que estão interessados faltarão nas suas bibliotecas. O 13.º livro recebido nesta modalidade, em cada colecção, é oferecido pelas Edições «Avante!» PARA SER ASSINANTE Para ser assinante é necessário remeter-nos a Ficha de Assinante devidamente preenchida, acompanhada da quantia de 100\$00 (caução mínima), que funcionará como pagamento adiantado dos livros que lhe serão enviados antes da sua divulgação junto do grande público. NOTA: Para a assinatura permanecer válida reponha imediatamente o valor dos livros que for recebendo ou então, para comodidade sua, aumente o valor da caução mínima inicial. Os nossos serviços avisá-lo-ão quando chegar a altura de a repor. Os livros são remetidos pelo correio, sem aumento de preço, para todo o país. Para o estrangeiro serão debitados acrescidos dos respectivos portes. Ser assinante é também uma forma de apoiar a Editorial «Avante!». Ser assinante é estar informado da linha política do Partido Comunista Português. AOS LIVREIROS O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!» é extensivo às livrarias, que devem organizar o seu próprio serviço de novidades. Todos os livreiros devem comunicar-nos o número de assinantes que têm em cada colecção para que possam receber os livros a tempo de os enviarem aos assinantes que angariarem. ATENÇÃO: — as nossas remessas nesta modalidade beneficiarão de um desconto adicional de 5%; — as livrarias que aderirem a esta nossa iniciativa beneficiarão de publicidade gratuita no Boletim das Edições «Avante!» sob a rubrica «Livrarias Recomendadas».

PORTUGAL LIVRE NA ILHA

A presença da delegação do PCP no I Congresso do Partido Comunista de Cuba constituiu um importante passo no reforço dos laços de amizade e solidariedade entre os povos portugueses e cubano

Comício no Centro Pesqueiro de Havana

Durante a sua estada em Cuba, a fim de assistir aos trabalhos do histórico I Congresso do Partido Comunista de Cuba, a delegação do Partido Comunista Português, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, teve ocasião de verificar, por diversas vezes, a activa solidariedade do povo cubano para com o povo português, para com a Revolução portuguesa, para com o partido dos comunistas portugueses.

Uma das mais expressivas manifestações de solidariedade foi, certamente, a que decorreu durante a visita que os nossos camaradas realizaram ao Centro Pesqueiro de Havana na manhã do passado dia 19. A totalidade dos trabalhadores do Centro, cerca de 1850, saudaram a delegação do nosso Partido e, tanto no decorrer da visita às instalações como, posteriormente, durante o comício lá realizado, demonstraram a sua solidariedade para com a nossa Revolução e para com o nosso Partido, mostrando estarem perfeitamente informados acerca da situação política em Portugal.

Aliás, no Centro Pesqueiro de Havana, realizam-se semanalmente sessões de debate político, nos quais o problema de Portugal é sempre discutido e analisado.

A chegada, a delegação do Partido Comunista Português passou por entre alas de trabalhadores, que aplaudiam Portugal e o PCP. Uma delegação de pioneiros de uma escola próxima, que realiza actividades conjuntas com os trabalhadores do Centro Pesqueiro, entregou flores aos nossos camaradas, tendo-lhes colocado lenços de pioneiros ao pescoço, enquanto um dos seus membros lia, aos microfones, uma mensagem de solidariedade e fraternidade dirigida às crianças portuguesas.

O comício que se seguiu, realizado ao ar livre num dos recantos das instalações e ao qual assistiu a totalidade dos trabalhadores do Centro Pesqueiro, constituiu uma vibrante jornada de solidariedade. O local encontrava-se decorado com dísticos onde se podia ler «Viva a Amizade entre os povos de Cuba e Portugal» e «Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba».

Interviu, primeiramente, saudando a delegação do Partido Comunista Português, um militante do Partido Comunista de Cuba. Seguiu-se o camarada Francisco Garcia, secretário da célula local do PCC. O camarada Francisco Garcia, a determinado passo da sua intervenção e referindo-se ao nosso Partido, afirmou:

«Nós consideramos que o Partido Comunista Português, baseado nos princípios do marxismo-leninismo, é a legítima vanguarda dos trabalhadores e do seu povo, e saberá conduzi-lo, juntamente com outras forças que representem os interesses populares, até à vitória final do socialismo.»

O camarada Francisco Garcia salientou, ainda, que os comunistas cubanos, fiéis aos princípios do internacionalismo proletário, manter-se-ão sempre activamente solidários com o nosso Partido e o nosso Povo, particularmente nas fases mais difíceis do nosso processo revolucionário. Na sua intervenção, Francisco Garcia destacou a solidariedade que os povos de todo o mundo têm prestado a Cuba, nomeadamente a União Soviética e os povos dos países socialistas.

INTERVENÇÃO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

Finalmente, e após ter sido longamente saudado pelos trabalhadores do Centro Pesqueiro de Havana, usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português. Depois de ter saudado os trabalhadores presentes, em nome da delegação do Comité Central do nosso Partido presente do I Congresso do Partido Comunista de Cuba, o camarada Álvaro Cunhal referiu as grandes conquistas da Revolução cubana, bem como a histórica importância da realização do I Congresso do Partido Comunista de Cuba.

Referindo-se ao processo revolucionário português e após ter historiado, sumariamente, as grandes conquistas obtidas pelo nosso povo nos dezasseis meses decorridos desde o 25 de Abril de 1974, salientando o papel desempenhado pelo PCP nas lutas que conduziram a essas reformas revolucionárias, o camarada Álvaro Cunhal acentuou a importância do processo de descolonização, tendo afirmado a determinado passo a activa solidariedade para com a República Popular de Angola e o MPLA.

Proseguindo a sua intervenção, bastantes vezes interrompida pelas aclamações dos trabalhadores cubanos, o camarada Álvaro Cunhal passou a referir as intrínsecas do nosso processo revolucionário, salientando as calúnias, as ingerências, as pressões, e a chantagem económica, política e diplomática do imperialismo. O camarada Álvaro Cunhal afirmou nomeadamente: «Liquidar a Revolução portuguesa passou a ser um objectivo, não apenas da reacção interna, dos seus aliados e cúmplices, mas da reacção internacional e do imperialismo.»

«Uma campanha orquestrada e frenética, interna e internacional, se desenvolveu contra o PCP, vanguarda revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras portuguesas», acrescentou o secretário-geral do nosso Partido, que prosseguiu:

«Nessa campanha participaram e participam as forças da reacção, outras forças conservadoras, a social-democracia portuguesa e internacional e, infelizmente, também algumas vezes, das quais seriam de esperar, não estimulados aos inimigos da Revolução, mas solidariedade para com as forças revolucionárias e para com o Partido Comunista Português.»

Refutando as acusações dessas forças de que o nosso Partido pretende liquidar as liberdades, o camarada Álvaro Cunhal afirmou: «Em Portugal, os que acusam os comunistas de estarem contra as liberdades são aqueles mesmos que agem para liquidá-las». E concluiu: «Contra todas as campanhas caluniosas, o PCP é mais firme, o mais abnegado, o mais consequente lutador pelas liberdades do povo português.»

«A segunda grande acusação que se tem feito ao PCP é a de se não ter limitado aos objectivos aceitáveis por uma democracia burguesa e de ter, ao lado de militares progressistas, influencia-

do o processo revolucionário no sentido da realização de reformas que deram fundas machadadas ao capitalismo monopolista», acrescentou Álvaro Cunhal.

«Esta acusação — prosseguiu o camarada Álvaro Cunhal —, ao contrário da anterior, é de facto verdadeira. Mas o que para alguns é uma acusação, o que para alguns é um crime, para nós, comunistas, é uma confirmação da razão do partido e vanguarda revolucionária, marxista-leninista, da classe operária e das massas trabalhadoras de Portugal.»

Salientando que «a liquidação definitiva do fascismo e a consolidação da democracia só serão possíveis desde que seja definitivamente liquidado o poder do capital monopolista e dos grandes agrários», sendo a defesa das liberdades inseparável da defesa das outras conquistas da Revolução, nomeadamente as nacionalizações e a reforma agrária, «conquistadas directamente, através de uma luta heroica, pelos trabalhadores, pelo movimento operário e popular com o apoio dos militares revolucionários», o camarada Álvaro Cunhal acentuou:

«As tentativas levadas a cabo pela reacção, pelos dirigentes do PS e pela social-democracia da recuperação do poder económico do capital e pelos agrários caminha a par dos avanços da reacção e do fascismo. A anulação das conquistas da Revolução significaria a instauração duma nova ditadura fascista em Portugal. Em Portugal, as liberdades defendem-se, não no caminho da social-democracia, mas no caminho do socialismo.»

O camarada Álvaro Cunhal narrou, em seguida, os acontecimentos de Novembro último e analisou as suas consequências, afirmando que «apesar porém dos perigos e incertezas, apesar de serem necessários ajustamentos nos objectivos imediatos, na política de alianças, no ritmo da Revolução, continuamos confiantes na vitória».

«O movimento operário e popular é poderoso. Mas forças armadas continuam a existir, amplos sectores democráticos e progressistas. A aproximação do perigo do fascismo cria novas possibilidades de aproximação e de acção comum. Pela nossa parte, tudo faremos para unir todos quantos queiram que Portugal não regresses ao fascismo, todos quantos queiram

salvaguardar as liberdades e as outras conquistas da Revolução.»

Proseguindo, afirmou o camarada Álvaro Cunhal: «Apesar da monstruosa campanha contra o PCP, apesar de haver regiões do país onde se instalou um poder local reaccionário e foram liquidadas as liberdades, o PCP continua a ter membros seus no governo, não só se mantém de pé como continua em expansão. Já depois dos acontecimentos de Novembro, num momento em que a campanha anticomunista atingia extraordinária violência, muitos novos camaradas vieram engressar os efectivos do Partido, que há muito e largamente ultrapassaram os 100 000 membros.»

«Temos um partido — afirmou o camarada Álvaro Cunhal — caldeado pela dureza da luta e pelas dificuldades, com profundas e indestrutíveis raízes no proletariado industrial, nos trabalhadores do campo, nos intelectuais, na juventude.»

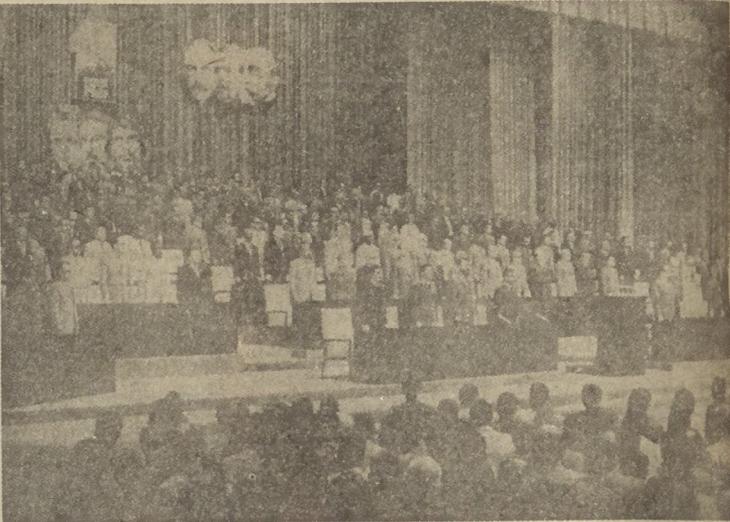
«Temos um partido — prosseguiu o secretário-geral do PCP — indefectivelmente ligado aos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, indefectivelmente fiel aos ideais da liberdade e do socialismo.»

E o camarada Álvaro Cunhal acrescentou: «A tarefa histórica dum Partido Comunista é conduzir os trabalhadores do seu país à libertação do jugo do capital. O PCP empregará todos os seus esforços e energias para cumprir com honra a sua missão.»

Afirmando que «o PCP, o povo português, a Revolução portuguesa não estão sós», o camarada Álvaro Cunhal acentuou:

«Temos conosco os trabalhadores e as forças progressistas de todos os países, temos conosco a URSS e os outros países da comunidade socialista, temos conosco Cuba heroica e revolucionária, por cuja e fraternal apoio, por cujo e fraternal solidariedade, aqui perante os trabalhadores do Prio Pesqueiro de Havana, quero expressar a profunda gratidão dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal.»

O camarada Álvaro Cunhal, longamente aclamado pelos trabalhadores, findou a sua intervenção saudando Cuba revolucionária, o povo cubano e a sua vanguarda revolucionária — o PCC — a amizade entre os povos cubano e português e o internacionalismo proletário.



Havana — Ao 26 de Julho de 1953, dia do ataque ao quartel Moncada, ao 2 de Dezembro de 1956, dia do desembarque em Cuba dos 82 combatentes chefiados por Fidel, transportados a bordo do iate «Gramma», ao 1 de Janeiro de 1959, dia da vitória sobre a ditadura — a estas datas decisivas da história da revolução cubana terá que juntar-se agora uma outra: o 17 de Dezembro de 1975, dia inaugural do 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba, vanguarda marxista-leninista do povo cubano, garantia segura de que a construção do socialismo neste país será imparável até atingir o seu objectivo final — o comunismo.

Na passada quarta-feira, às 8 da manhã, às palavras de abertura do Congresso pronunciadas pelo camarada Raul Castro, Segundo-Secretário do Comité Central do PCC, marcavam o início de uma jornada de extraordinária importância para o povo cubano, mas cujo significado transcende largamente os limites geográficos da Ilha da Liberdade. Com efeito, este passo de grande alcance na construção da revolução cubana constitui simultaneamente um exemplo e um marco histórico para o movimento comunista internacional e para a marcha dos povos a caminho da sua libertação

Por isso Cuba é um exemplo e este Congresso um marco histórico. Os trabalhos do Congresso, encerrados no dia 22 com um grandioso comício na Praça da Revolução, foram preparados no sentido de abordarem praticamente todos os aspectos da vida nacional, integrando 27 teses sobre política interna e externa, desenvolvimento económico, educativo, científico e cultural, nova divisão político-administrativa do país, nova constituição e, fundamentalmente, um projecto de Plataforma Programática que define os caminhos a seguir e as metas a alcançar pelo Partido durante a actual etapa da revolução.

«Fazer é a melhor maneira de dizer.» E os cubanos só têm pena de não poderem ser todos delegados ao Congresso. No fim do primeiro dia dos trabalhos, quando os delegados regressavam à Escola do Magistério Primário Salvador Allende, onde estão hospedados, foram saudados durante o percurso por uma entusiástica manifestação de milhares de pessoas, que espontaneamente quiseram vir à rua testemunhar a sua alegria e satisfação pelo grande acontecimento.

DISCURSO DE FIDEL

Era aguardado com grande expectativa o relatório a apresentar ao Congresso pelo camarada Fidel Castro, Primeiro-Secretário do PCC. A expectativa não saiu gorada.

O extenso e completo texto — cuja leitura demorou cerca de onze horas — praticamente resume toda a história da revolução cubana, desde os seus antecedentes no século passado, com a luta contra o colonialismo espanhol, até ao arranque decisivo dos anos cinquenta.

As vitórias posteriormente alcançadas pelo povo cubano nos domínios económico, político, social e cultural, depois de definitivamente escolhido o caminho do socialismo, são amplamente documentadas. Longa referência é feita também às tarefas do futuro, nomeadamente quanto à concretização do plano quinquenal 1976-1980.

Assumem especial significado as palavras dedicadas pelo camarada Fidel Castro à situação internacional, à política externa e às relações com os Estados Unidos. O reconhecimento pela ajuda do campo Socialista, nomeadamente da URSS, o papel de vanguarda desempenhado pelo partido de Lenine no movimento comunista e na luta pela paz, a política militante de solidariedade internacionalista do povo cubano, foram outros temas salientes da importante intervenção, aos quais teremos oportunidade de nos referir com mais detalhe.

Uma pergunta, entretanto, surge certamente aos

do envio especial do «Avante!» Fernando Correia

A certeza antecipada de que as conclusões do Congresso corresponderão aos interesses do povo cubano no seu desejo de construção do socialismo é-nos dada pela ampla participação popular na discussão prévia de todos os documentos agora novamente analisados e aprovados. Centenas de modificações foram, durante esse processo, introduzidas nas teses, por sugestão dos militantes e outros trabalhadores, atingindo as alterações o número de 147, só no que se refere ao projecto de Plataforma Programática, conforme revelou o camarada Raul Castro no seu discurso de abertura.

SATISFAÇÃO E ALEGRIA

Cuba conseguiu transformar-se no primeiro país socialista do hemisfério ocidental, apesar da sua proximidade dos Estados Unidos e da guerra implacável que lhe foi movida pelo imperialismo. Para esta vitória contribuiu poderosamente a solidariedade activa da comunidade socialista, nomeadamente do povo e do Estado soviéticos. Mas nenhuma ajuda, por maior que fosse, teria servido para alguma coisa se não fosse a determinação e a firmeza inquebrantáveis do povo cubano, a coragem tantas vezes posta à prova de defender a pátria mesmo com o sacrifício da vida, a resistência sem desfalecimentos perante o boicote económico quando o imperialismo desistiu da subversão armada e mudou de tática.

Por último o camarada Álvaro Cunhal manifestou a sua opinião de que não existe a vista o perigo de um golpe fascista como o que sucedeu no Chile, recordando no entanto que é necessário estar vigilante para que tal não venha a suceder.

Conferência de Imprensa

Antes de regressar de Havana, o camarada Álvaro Cunhal concedeu uma conferência de imprensa respondendo a todas as perguntas que os jornalistas presentes colocaram sobre a situação política em Portugal e as forças políticas, nomeadamente sobre o PCP.

Relativamente a uma pergunta dum jornalista panamiano que pretendia situar os partidos de esquerda e a posição do Partido Socialista o camarada Álvaro Cunhal recordou que não há grandes partidos de esquerda em Portugal salvo o Partido Comunista Português. E acrescentou:

Infelizmente não temos um Partido Socialista que se possa considerar um partido de esquerda. Registraríamos com bastante satisfação a existência de um Partido Socialista progressista, diferenciado naturalmente do Partido Comunista, mas que no entanto cooperasse com o movimento operário e não com as forças reacções de direita. Infelizmente, a política da direcção do Partido Socialista foi a de aliar-se à direita contra a esquerda. Pensamos que o Partido Socialista poderia desempenhar um importante papel na Revolução portuguesa se, rectificada esta política de alianças com a direita, sinceramente se unisse às forças populares e de esquerda em defesa das liberdades e da Revolução.

Nós, comunistas, defendemos a realização de eleições. Eleições livres. Eleições em que o nosso povo possa expressar-se livremente. Estas eleições pressupõem a existência de uma situação democrática em todo o País e essa não é a realidade. No arquipélago dos Açores, por exemplo, existe um poder local reaccionário. As sedes do Partido Comunista Português foram encerradas por ordem das autoridades militares, as actividades do Partido Comunista estão proibidas e os mais destacados militantes comunistas foram expulsos para Lisboa. É evidente que não poderemos considerar livres as eleições que se realizem, nesta situação, nos Açores. O mesmo se passa em zonas do centro e do Norte do País onde se instalou um poder local reaccionário que impede praticamente o exercício das liberdades democráticas. Para além destas situações antidemocráticas, existem situações que vêm de trás na sociedade portuguesa e que impedem realmente o povo trabalhador não só de manifestar as suas opiniões como de receber uma informação com um mínimo de objectividade, que o impede igualmente de poder actuar sem coacções de ordem material, física, social e mesmo, em certos casos, religiosa.

Com esse tipo de coacção que se exerce sobre uma parte da população não se pode votar livremente.

Nós somos por eleições, mas isso implica o estabelecimento das liberdades democráticas em todo o território, a garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território. Uma vez preenchidas estas condições pronunciamos-nos a favor das eleições e cremos que poderão obter-se bons resultados para as forças de esquerda. Sem estas condições não haverá eleições democráticas em Portugal, mas uma farsa eleitoral que apareceria sem dúvida como uma vitória da direita. Seria uma vitória assente numa falsificação de resultados e esta vitória não corresponderia nem ao sentir nem ao pensar do povo português.

Quando ao Partido Comunista Português e à força real com que conta, apesar da grande campanha anticomunista efectuada, apesar das exigências do PPD no sentido não só de que os comunistas saíssem do Governo mas que fossem lançados ao mar, apesar disso e de toda uma campanha anticomunista desenvolvida no País, o Partido Comunista continua a crescer. Antes dos últimos acontecimentos tinha havido um recenseamento que abarçava cerca de dois meses da actividade e que acusava um aumento de mais de doze mil membros.

Esclarecendo a seguir que há muito que o PCP ultrapassou largamente o número dos cem mil membros, o camarada Álvaro Cunhal, passando a abordar uma pergunta de um jornalista mexicano respeitante às relações entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Espanhol e a possibilidade de se realizarem conversações em território cubano por ocasião do Congresso em curso, começou por afirmar que dois partidos comunistas não têm necessidade de irem a um terceiro país para poderem reunir-se se assim o desejam. E acrescentou:

A delegação do Partido Comunista Português veio a Cuba como convidada do I Congresso do Partido Comunista de Cuba e não para discutir tal ou tal dificuldade que possa ter com tal ou tal partido. Esta hipótese nem sequer foi considerada. Portanto, está um pouco fora do quadro da nossa visita a análise das dificuldades existentes com o Partido Comunista Espanhol e não gostaria de fazer referências a essas dificuldades em território cubano podendo fazê-las em território português.

Continuando a responder às perguntas dos jornalistas momentos antes de partir para Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal salientou que em relação às explicações históricas que se podem encontrar para uma certa amplitude do Partido Socialista muitos factores contribuíram, nomeadamente o facto de a reacção ter encontrado em certo momento no PS o que era menos mau para os seus interesses. No entanto frisou mais adiante:

Podemos dizer que hoje o Partido Socialista, com a sua política de aliança à direita, perde à direita e à esquerda. Perde à direita porque as forças conservadoras que logo depois do 25 de Abril poderiam ter necessidade de um partido possível que não fosse abertamente reaccionário hoje talvez já não tenham essa necessidade. Então, passam-se para partidos abertamente reaccionários, como é o caso do CDS e do próprio PPD. O Partido Socialista também perde à esquerda porque a sua política de direita, as suas alianças à direita e a sua responsabilidade no avanço da direita fazem-lhe perder apoios e simpatias nas classes trabalhadoras.

Mais adiante, respondendo a perguntas de um jornalista das Honduras, depois de ter salientado o papel negativo dos grupos maofistas, alguns dos quais são, não só aliados mas instrumentos da extrema-direita, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou-se sobre o Partido da Democracia Cristã frisando que a primeira coisa que há a dizer é que não se trata de um partido democrata-cristão tal como o italiano ou da RFA, trata-se de um pequeno grupo, um pequeno partido formado por elementos fascistas e fascizantes sob a direcção de um homem que conspirou no 28 de Setembro de 1974 e que fugiu quando fracassou o golpe militar de 11 de Março.

Este partido — acrescentou — não tem grande significação política no nosso País e até há poucos dias não se via a sua actividade. Agora, com o avanço da direita, procura tomar posições.

Antes de se referir ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, que considero como significativamente importante na construção do socialismo, o secretário-geral do Partido Comunista Português comentou uma pergunta de um jornalista venezuelano sobre a actividade da CIA afirmando que ainda não foi preso nem julgado nenhum agente desta organização e ninguém sequer foi acusado de pertencer à CIA, mas que como algumas vezes se tem dito em relação aos comunistas que se fazem certamente não há fumo sem fogo.

Por último o camarada Álvaro Cunhal manifestou a sua opinião de que não existe a vista o perigo de um golpe fascista como o que sucedeu no Chile, recordando no entanto que é necessário estar vigilante para que tal não venha a suceder.

Manifestando as impressões sobre o objectivo da sua viagem — a realização do I Congresso do Parti-

do Comunista de Cuba — o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«É uma grande lição de como os homens podem entender-se e criar uma vanguarda que dirija o seu povo na construção de uma sociedade nova.»

Este Congresso vai, sem dúvida, dar uma grande contribuição a todos aqueles que, no Mundo, procuram unir toda a classe operária, camponeses, trabalhadores e os homens progressistas em geral, na construção do socialismo, nos respectivos países.

Classificando como notável, «não só para a construção do socialismo em Cuba mas também para a luta do povo de todo o mundo» o relatório que o camarada Fidel Castro leu no início do Congresso, o secretário-geral do Parti-

do Comunista salientou as boas relações existentes entre os dois partidos irmãos.

Por último, no seguimento das perguntas feitas pelos jornalistas, referiu-se ainda ao poder popular, cujo significado que assumira em Portugal era muito diverso do que pode ter em Cuba. E concluiu: «Uma coisa é a existência de um poder popular, um poder político popular que não se classifica como uma forma específica de organização ou de exercício mas significa o poder em si. Se entendermos assim a expressão, podemos concluir que já há muito tempo que existe em Cuba o poder popular, um poder de operários e camponeses, um Estado de operários e camponeses.»

Declarações à chegada a Lisboa

À sua chegada a Lisboa vindo de Cuba, onde se tinha deslocado juntamente com os camaradas Ângelo Veloso e José Pedro Soares que integravam a delegação do PCP convidada a assistir ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, o secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, era aguardado por alguns membros do Comité Central, nomeadamente os camaradas Joaquim Gomes, Gergete Ferreira, Domingos Abrantes e Aurélio Santos e ainda pelo encarregado de Negócios de Cuba. O resto da delegação portuguesa continuou naquele país para poder assistir à continuação dos trabalhos do I Congresso do Partido Comunista de Cuba que terminou ontem.

Falando aos jornalistas, que o

aguardavam no aeroporto, o camarada Álvaro Cunhal começou por dizer que «é comvente e emocionante ver não só como os trabalhadores de Cuba conhecem a situação portuguesa, mas também o verdadeiro interesse que têm por ela e a solidariedade que manifestam para com o povo português».

Abordando posteriormente a política portuguesa e em resposta a algumas perguntas dos jornalistas o secretário-geral do PCP declarou:

«A nós portugueses, interessa, primeiro, definir as liberdades para não voltarmos ao passado fascista; segundo, defender as grandes conquistas da nossa revolução, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário. Depois, temos de fazer um grande esforço

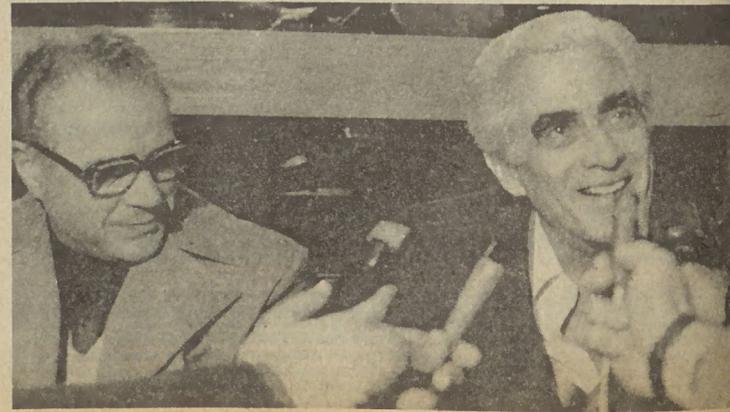
UMA GRANDE LIÇÃO

Manifestando as impressões sobre o objectivo da sua viagem — a realização do I Congresso do Parti-

do Comunista de Cuba — o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«É uma grande lição de como os homens podem entender-se e criar uma vanguarda que dirija o seu povo na construção de uma sociedade nova.»

Este Congresso vai, sem dúvida, dar uma grande contribuição a todos aqueles que, no Mundo, procuram unir toda a classe operária, camponeses, trabalhadores e os homens progressistas em geral, na construção do socialismo, nos respectivos países.



LIBERDADE

FORÇAS POLICIAIS ARMADAS ENCERRAM O SINDICATO DOS FARMACEUTICOS

O Ministério do Trabalho utiliza a violência policial armada para encerrar o Sindicato Vertical dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos e, em nome da «legalidade democrática», impede a participação nas eleições de doze mil trabalhadores

leitores portugueses: por que razão só agora, dezasseis anos após a vitória da revolução, se realiza este primeiro congresso?

Responder a esta questão implica fazer um pouco de história. Para os cubanos, aliás, a história conta muito. As raízes da sua revolução, a definição da sua via original para o socialismo, encontram-se em eles nas lutas populares do passado. Não é por acaso que a tribuna presidencial do Teatro Karl Marx tem como moldura, a par do Che e de Camilo, heróis da Sierra Maestra, figuras como as de Manti e Mella, cada um no seu tempo percursores do partido marxista-leninista de hoje.

No plano político, a grande vitória de 1 de Janeiro de 1959 enquadrava-se na existência de três organizações cuja actividade contribuiu para a derrota das forças de direita do ditador Batista: o Movimento de 26 de Julho (data do fracassado ataque ao quartel de Moncada, chefiado por Fidel), que assumiu o papel dirigente da luta armada; o Partido Socialista Popular (comunista), virado essencialmente para o movimento de massas; e o Directório Revolucionário, também com um certo papel na luta armada. O PSP representava a vanguarda da classe operária e dos assalariados agrícolas; o Movimento de 26 de Julho e o Directório representavam os camponeses, operários e empregados sem partido, intelectuais e estudantes (estes últimos com predominância no Directório).

Estas três organizações funcionavam separadamente, cada uma com a sua tática e zona de acção próprias. Apesar da independência orgânica, porém, tiveram contactos entre si e, em alguns casos, um certo tipo de coordenação.

Os primeiros passos da revolução, aquilo a que poderemos chamar a sua primeira etapa, estende-se por cerca de dois anos, até finais de 1960: é a fase democrática, popular e anti-imperialista, cuja principal característica é a adopção de uma série de medidas destinadas a satisfazer os interesses comuns das classes e camadas populares que constituíam a base social de apoio da revolução.

A mais importante destas medidas é a promulgação da lei da Reforma Agrária, logo em Maio de 1959. Os grandes latifúndios desaparecem, os monopólios sofrem um rude golpe, o imperialismo recua nas terras de Cuba. As grandes propriedades passam para o Estado, transformando-se no primeiro sector socialista da economia.

Seguem-se, em 1960, as nacionalizações das principais empresas da banca (que tinha grande peso de capital yankee) e depois de todas as empresas norte-americanas. Acelerada a transformação revolucionária das relações de produção, tomado cada vez mais patente o fosso entre, por um lado, o poder revolucionário, defensor dos interesses das massas populares e, por outro, a burguesia nacional aliada ao imperialismo — todo o processo se radicaliza. A revolução vitoriosa colocava-se de imediato a necessidade de iniciar a construção do socialismo, passando assim a uma nova etapa da sua evolução.

A CONSTITUIÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

Vão assim surgindo as condições, com a evolução do processo revolucionário, para o surgimento de uma organização revolucionária que integresse todos os esforços, todas as forças empenhadas na construção do socialismo. Ao mesmo tempo, eram as próprias tarefas impostas pela nova fase que tornavam necessária essa organização.

Em Junho de 1961 são criadas as ORI, Organizações Revolucionárias Integradas, das quais faziam

parte o Movimento de 26 de Julho, O PSP e o Directório. Sobre a base do marxismo-leninismo, surge o primeiro passo para a criação de um instrumento político unitário da revolução. É dado também o primeiro passo para a criação futura do Partido Comunista.

A vigência das ORI revela-se muito rica, nos seus pontos positivos e negativos, surgidos no constante confronto com a prática revolucionária. Como primeira tentativa para a constituição de uma direcção centralizada, as ORI revelam algumas fragilidades. É assim que esta organização é, passados meses, substituída por outra, o Partido Unido da Revolução Socialista, PURS, cuja constituição desempenha um marco fundamental no longo processo de unificação das forças revolucionárias.

Entretanto, processam-se uma série de avanços extremamente importantes no processo revolucionário, já então decididamente diri-



gido para as tarefas da construção de uma Sociedade Socialista. Reforça-se enormemente a direcção revolucionária, cada vez mais dirigida para um constante apelo ao espírito da iniciativa das massas, à sua participação activa e criadora em todos os aspectos da transformação social.

Ao mesmo tempo, vão progressivamente desaparecendo os preconceitos anticomunistas instilados em muitos sectores populacionais durante o tempo da ditadura, e que nos primeiros anos da revolução a reacção interna e internacional, nomeadamente o imperialismo americano, procuraram manter. Os factos impuseram-se às calúnias.

Estavam finalmente criadas as condições para a constituição do Partido Comunista de Cuba, entre as quais a progressiva afirmação da classe operária, segundo a expressão do próprio Fidel, como «a espinha dorsal da revolução». Em 3 de Outubro de 1965 o Partido Unido da Revolução Socialista passa a chamar-se Partido Comunista de Cuba.

Chegava ao seu termo o processo de unificação de todos os revolucionários. A revolução passava a dispor do instrumento político, criado e posteriormente aperfeiçoado e consolidado, nas condições específicas do país, capaz de garantir a sua continuidade e, também, respondendo às necessidades impostas por essas condições, de assegurar a consumação do seu objectivo final, o objectivo da classe operária e de todos os trabalhadores: a construção do socialismo e do comunismo.

Estavam já longe os tempos a que recentemente se referia Raul Castro, ao recordar um significativo e revelador episódio. Após as leis de Agosto, Setembro e Outubro de 1960, através das quais os meios de produção passavam para o Estado e se destruiu a estrutura da burguesia-latifundiária, abrindo-se o caminho para o socialismo, Fidel reuniu-se um dia com operários e perguntou-lhes se concordavam com aquelas medidas. Todos disseram que sim. Fidel insistiu: «Então estão de acordo com o socialismo?» Ai a resposta foi outra: «Não, com o socialismo não concordamos». Tais eram os preconceitos e obscurantismos legados pela ditadura. Nós, portugueses e comunistas compreendemos bem isto...

Ao 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba

Queridos camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e das amplas massas populares de Portugal, saúda calorosamente e fraternalmente o 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba e, através dele, todos os comunistas e o povo trabalhador do primeiro país livre e socialista da América Latina.

Saudamos os gigantescos progressos realizados pela Revolução Cubana. O desenvolvimento da agricultura e da indústria, a elevação do nível de vida da população, o desenvolvimento da ciência, a luta tenaz contra o analfabetismo, o acesso cada vez maior do povo cubano a todos os graus do ensino, o desenvolvimento artístico e desportivo, a intervenção da classe operária na vida política e nacional — constituem extraordinários êxitos de Cuba revolucionária e do seu Partido Comunista.

A luta dos comunistas e do povo de Cuba contra os esboços de Machado, contra a tirania de Batista e o imperialismo norte-americano, pela independência nacional e o progresso social constitui exemplo exaltante e luminoso na marcha da Humanidade em direcção ao socialismo.

Desejamos, queridos camaradas, os maiores êxitos aos trabalhos do vosso 1.º Congresso que, estamos certos, terão significado histórico na construção em Cuba da sociedade socialista.

Em Portugal, o PCP e outras forças revolucionárias, a classe operária e as massas populares, estão profundamente empenhadas na defesa e consolidação das liberdades e outras conquistas da Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974.

Em aliança com o MFA, o movimento operário e popular conquistou, alargou e consolidou as mais amplas liberdades democráticas, nacionalizou a Banca, as Companhias de Seguros e sectores básicos da indústria e dos transportes, desferindo deste modo profundos golpes no capitalismo monopolista. Iniciou-se a realização da Reforma Agrária expropriando os latifúndios e transformando-os em cooperativas e herdades colectivas onde os heróicos trabalhadores rurais do Sul em aliança estreita com os pequenos e médios camponeses rasgam o caminho do socialismo nos campos.

Desenvolveu-se e alargou-se um vasto movimento popular com características unitárias, que mobiliza largas camadas da população. A Revolução portuguesa, solidária com a luta dos povos submetidos ao colonialismo, pôs fim à guerra colonial e deu importante contribuição para a independência dos povos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Infelizmente, o mesmo não sucedeu em Timor, vítima da agressão dos fascistas indonésios, e em Angola, onde a proclamação da independência sob a direcção do MPLA, com o qual o PCP é inteiramente solidário, encontra pela frente a intervenção e agressão imperialistas.

A Revolução portuguesa e as suas realizações são violentamente combatidas pela reacção interna, pelo imperialismo internacional. A reacção e o imperialismo encontram mesmo apoios e aliados em partidos que têm participado e participam no Governo português: o Partido Popular Democrático (PPD) ele próprio identificado com a reacção, e os dirigentes socialistas, que com as suas alianças à direita e o seu combate sistemático às forças de esquerda, têm grande responsabilidade no avanço das forças contra-revolucionárias.

No processo irregular, complexo e contraditório da Revolução portuguesa, o PCP sempre se pronunciou pela unidade das forças progressistas, designadamente pela unidade do MFA e das forças populares e democráticas. Entretanto, a divisão do MFA, a luta cada vez mais violenta entre os diversos sectores, a aliança com a direita de um dos sectores, as depurações de elementos progressistas, criaram uma situação muito complexa em que verificamos, na última semana de Novembro, grandes sublevações nas forças armadas a que responderam acções militares.

Dos acontecimentos de Novembro resultou uma séria derrota da esquerda militar e, em consequência, o enfraquecimento das forças revolucionárias no seu conjunto.

As forças reacçãoárias que tomaram importantes posições ameaçam ainda mais as liberdades preparando-se para instaurar uma nova ditadura reacçãoária.

Consciente dos perigos que atravessa a Revolução portuguesa, o PCP concentra todos os seus esforços na luta por uma solução política para a crise, baseada na formação de uma vasta frente social, política e militar, antifascista, democrática e progressista, que una na acção todos os que querem defender as liberdades e demais conquistas da Revolução portuguesa.

Em Portugal, há forças bastantes para bater, se unidas, os inimigos da Revolução. Continuamos a confiar que o povo português continuará a construção do novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Queridos camaradas:

Tal como no passado os comunistas e as forças progressistas de Portugal contaram com o apoio dos comunistas e do povo de Cuba revolucionária, hoje também nós estamos seguros que a Pátria de José Martí, de Baílo, de Mella, de Guilheras, de Villena, de Pablo de la Torre, de Brau, de Jesús Menéndez, de Abel Santamaría, de Frank País, José Antonio Echeverría, Camilo Cienfuegos, Che Guevara e de tantos outros mártires heróis continuará apoiando a Revolução portuguesa. Sabemos que o povo português não está só. Com ele estão a comunidade dos países socialistas, estão Cuba revolucionária, estão partidos irmãos, estão os trabalhadores de todos os países, estão os povos antes dominados pelo colonialismo português e hoje independentes, livres e fraternais.

Desejamos, camaradas, os maiores êxitos aos trabalhos do vosso Congresso, de importância histórica para a edificação da sociedade socialista na vossa Pátria. Os vossos êxitos são para nós estímulo e encorajamento para vencermos as dificuldades e obstáculos na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

Estamos certos de que os laços fraternais que desde há muito unem os nossos dois Partidos se reforçarão ainda mais; e que se desenvolverão a alargarem os laços de solidariedade e fraternidade entre o povo cubano e o povo português, a cooperação multilateral e a amizade entre Cuba socialista e o novo Portugal democrático.

Viva o 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba! Viva a amizade entre o povo português e o povo cubano! Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Novidades das Edições Avante!

VITALIDADE E ACTUALIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Konstantin Zarodov e Ib Nørlund

Coleção «Problemas da Paz e do Socialismo», n.º 15

«A doutrina de Marx é omnipotente porque é justa» LÉNINE

Em toda a história da Humanidade, nenhuma teoria, nenhuma concepção do mundo, teve tão rápida difusão nem teve sobre o desenvolvimento social uma influência tão profunda como o marxismo-leninismo. É por ele que se guiam os países da comunidade socialista, os partidos comunistas e operários, os destacamentos mais avançados do movimento de libertação nacional. Mil vezes a burguesia declarou que o marxismo-leninismo estava ultrapassado; mas os seus próprios esforços para o combater provam a força crescente da teoria revolucionária do proletariado. Após cada revolução socialista, a burguesia tenta explicá-la por quaisquer «condições especiais», e assegura que não é possível noutros países; mas os factos provam que a razão pertence ao marxismo-leninismo, que afirma a inevitabilidade histórica da queda do capitalismo e da construção do socialismo e do comunismo.

Nesta brochura, Konstantin Zarodov, doutor em Ciências Históricas e director da Revista Internacional, e Ib Nørlund, membro do Comité Executivo e do secretariado do Comité Central do Partido Comunista da Dinamarca, refutam os ataques dos ideólogos burgueses e explicam as razões da Vitalidade e Actualidade do Marxismo-Leninismo.

edições Avante!

No passado dia 19, por ordem do Ministério do Trabalho, sob autorização do Conselho de Ministros, forças policiais armadas de G-3 encerraram e selaram as instalações do Sindicato Vertical dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos do distrito de Lisboa, o mesmo ocorrendo nas delegações de Coimbra e Porto, neste caso com desconhecimento da delegação local do M.T. Esta acção conduzida nas vésperas das eleições para a direcção deste Sindicato, que resultou da fusão de vários sindicatos, entre os quais os dos ajudantes de farmácia, farmacêuticos e propaganda médica, levantou uma veemente onda de protestos entre a massa associativa.

Segundo a nota oficiosa do Ministério do Trabalho, tal decisão teria sido tomada com o objectivo de mover um inquérito «aos acontecimentos anómalos verificados naquele sindicato desde a sua constituição». Os argumentos que servem de justificação à tomada de posição do Ministério do Trabalho, na sua nota oficiosa, são curiosamente coincidentes com os motivos de «ilegalidade» apontados nesse mesmo dia, na T.V. pela lista B, resultante da aliança MRPP e PS, que em Julho passado havia ganho as eleições para a direcção deste Sindicato, utilizando processos denunciados como fraudulentos que motivaram uma impugnação de vários associados, judicialmente em curso.

Em face das irregularidades que serviram de causa à impugnação do acto eleitoral de Junho passado, com o acordo da Polícia Militar, COPCON e Ministério do Trabalho de então, a lista impugnada não tomou posse, por decisão dos trabalhadores, naturalmente, nada confiantes numa lista que obtém vitória por métodos considerados sonejamente praticados entre nós durante quase meio século de «legalidade» fascista. E a esta legalidade que o Ministério do Trabalho vem recorrer quando afirma que: «De acordo com a lei, a lista eleita (B) deveria ter tomado posse e entrado em imediato exercício de funções apesar da impugnação». A lista B preferiu, no entanto, recorrer à força e assim após uma manifestação, instalou-se na sede do Sindicato numa ocupação de seis dias, os quais foram interrompidos por acção da Comissão Instaladora, formada até que eleições verificadas sem irregularidades viessem repor a legalidade do acto eleitoral. Expulsa do Sindicato, a lista B desencadeou então um processo de congelamento das quotas do Sindicato com o fim de mover dificuldades à Comissão Instaladora. E também utilizando o argumento de que três mil associados não se encontravam em condições de votar que o Ministério do Trabalho vem, pela força policial, repor a «legalidade», «esquecendo-se» que foram estes três mil sócios, correspondentes a 17 empresas, que deixaram de pagar quota «como forma de luta».

Outro argumento utilizado baseia-se no facto das eleições marcadas para o dia 20 terem resultado «do adiamento arbitrário de uma decisão da assembleia geral do Sindicato que tinha marcado para o dia 15». Onde não se verificam protestos dos associados mais interessados em assegurar as condições de legalidade do acto eleitoral do que o Ministério do Trabalho vem, defendendo interesses que lhes foram manifestos «através das mais variadas formas (abaixo-assinados, telegramas, exposições etc.) por inúmeros trabalhadores farmacêuticos» claro que o Ministério do Trabalho não contabiliza os «números». Talvez que estes sejam uma parcela, ou mesmo a totalidade (se quisermos ser optimistas) dos três mil que, por decisão «livre» deixaram de pagar quota.

Independente do facto de constituir uma flagrante «ingenuidade» o apontar-se com telegramas e abaixo-assinados (verificou-se se as assinaturas correspondiam a sócios e se estes haviam

terresados em assegurar as condições de legalidade do acto eleitoral do que o Ministério do Trabalho vem, defendendo interesses que lhes foram manifestos «através das mais variadas formas (abaixo-assinados, telegramas, exposições etc.) por inúmeros trabalhadores farmacêuticos» claro que o Ministério do Trabalho não contabiliza os «números». Talvez que estes sejam uma parcela, ou mesmo a totalidade (se quisermos ser optimistas) dos três mil que, por decisão «livre» deixaram de pagar quota.

Independente do facto de constituir uma flagrante «ingenuidade» o apontar-se com telegramas e abaixo-assinados (verificou-se se as assinaturas correspondiam a sócios e se estes haviam

dado o seu consentimento para tal tomada de posição?) Para justificar uma acção de violência sobre um sindicato, permanece a realidade dos restantes nove mil sócios do Sindicato, que se encontravam em condições de participar no acto eleitoral, terem sido impedidos de o fazer. As maiorias defendidas pelo Ministério do Trabalho são, efectivamente, cada vez mais minoritárias... Mas que importa isso se a lista B (MRPP e PS) se livrou assim de um confronto eleitoral para o qual, em situação de legalidade, não tinha força como demonstra o seu reduzido grupo de contestação apresentado nas assembleias? Daí se compreende que, tal como denuncia um comunicado da Comissão Instaladora do Sindicato «a apoiar esta acção estavam alguns indivíduos, felizmente poucos, que

ostentavam orgulhosamente autocolantes da lista B. A paralização do nosso Sindicato é de há muito o objectivo dos patrões e de um grupo reduzido de privilegiados da indústria e do comércio farmacêuticos». Este objectivo acaba de ser parcialmente alcançado com a tomada pela força policial armada do Sindicato, numa nitida protecção da lista B (MRPP e PS) que se diz «Por um Sindicato de base» contra a lista A «Unir os explorados e democratizar o Sindicato». Mas se de facto estes explorados se unirem contra os privilegiados e contra os patrões, esta parcial «vitória» de violência armada, resultará uma estrondosa vitória da unidade da classe em luta por um Sindicato democrático em que a voz dos trabalhadores seja a única força decisiva.

A GREVE DOS LIVREIROS SUSPENSAMENTE

Por decisão do plenário dos Trabalhadores Livreiros de Lisboa fica suspensa até 5 de Janeiro a greve geral, cuja adesão se cifrou em 95%

Suspensa temporariamente até o dia 5 de Janeiro para a zona de Lisboa, a greve geral dos trabalhadores do sector de Livrarias e Edições, Fotografia Artes Gráficas e Actividades Publicitárias, saldouse num nível de adesão de cerca de 95%. Apenas as empresas que se encontram em autogestão e pequenas empresas que não possuem empregados abriram normalmente no período de 15 a 23 de Dezembro em Lisboa, e de dia 17 ao dia 20 no Porto.

Na base do conflito encontra-se o facto de 42 empresas se terem recusado a cumprir as tabelas salariais do CCT publicado, por portaria, no Boletim do Ministério do Trabalho de 22 de Outubro. O fundamento desta contestação da entidade patronal foi «proporcionalidade», «espantosamente (ou talvez não)», pelo próprio texto da portaria, concretamente pela Base III, em que o Ministério do Trabalho lembra às entidades patronais que «As disposições do contrato colectivo de trabalho publicado em anexo, deverão ser entendidas sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei 292/75, de 16 de Junho». Recordamos que o Decreto-Lei 292/75 obriga a uma prévia definição da massa salarial atribuída, isto é, à verificação da medida em que os sectores em causa comportam aumentos salariais.

No entanto, na regulamentação colectiva desde Junho até à actualidade, não aparecem referências ao 292/75 e só no caso dos Livreiros o Ministério do Trabalho achou por bem recordar este meio «legalizando» assim cobertura à violação do CCT por parte da entidade patronal.

Por outro lado, não cabem responsabilidades aos trabalhadores das deficiências cada vez mais visíveis da actividade do Ministério

do Trabalho. Com efeito, se este retirou o CCT para «revisão», atrasando consideravelmente a sua publicação, porque não procedeu, como era sua obrigação legal, a um estudo do sector, verificando qual a massa salarial atribuída? Note-se, também, que os trabalhadores são os primeiros a reconhecer que algumas empresas se debatem com sérias dificuldades de ordem económica e, nestes casos concretos, estão dispostos a «organizar» nas suas comissões e com o acordo dos sindicatos, aplicarem o controlo da produção e, consoante a situação da empresa, poder vir a estabelecer salários inferiores». Esta cláusula encontra-se, aliás, prevista no próprio contrato.

O Ministério do Trabalho, na sequência da luta dos trabalhadores, tomou posição em que as entidades patronais «são solicitadas a dar cumprimento à nova tabela salarial até finalização do referido estudo e eventual renegociação». Se as suas conclusões o aconselharem. Entretanto, apenas ficam suspensos até aquele momento as cláusulas referentes a dotações mínimas, promoções automáticas, diuturnidades e pagamentos retroactivos.

Esta posição foi aceite, ainda que com reservas, pelos trabalhadores livreiros do Porto que retomaram a actividade no dia 20. O mesmo não sucedeu em Lisboa, cujo retorno temporário ao trabalho foi decidido em plenário da classe no passado dia 22. Neste mesmo plenário, concordou-se, unanimemente em que: os dias da greve serão obrigatoriamente pagos pelo patronato, pois «ele é o único responsável por ela»; a aplicação do contrato de produção nas empresas onde seja possível aplicá-lo e aceitar o estudo do sector mas unicamente com o objectivo de

reconversão e não de renegociação do Contrato já publicado. Os trabalhadores decidiram ainda que o Ministério do Trabalho deve retirar a Base III da portaria e considerar aplicado o Decreto-Lei 292/75.

MAIS UMA VEZ A FORÇA DAS ARMAS CONTRA OS TRABALHADORES

Entretanto a actuação da PSP, no Porto, nos passados dias 17 e 18, contra os trabalhadores livreiros tem sido objecto de viva indignação, exigindo-se a abertura de um inquérito aos acontecimentos. Os trabalhadores livreiros têm aprovado diversas moções em que se «denuncia a selvática carga levada a cabo pela polícia comandada pelo major Mota Freitas sobre os nossos camaradas concentrados ordenadamente junto do Governo Civil, resultando 20 feridos, acto que constitui um gravíssimo atentado às mais elementares liberdades políticas e sindicais e exigido o castigo dos responsáveis».

Regressando ao tom hipócrita em que a falsidade e a calúnia eram os ingredientes com que se enganava a opinião pública, o Governo Civil do Porto emitiu um comunicado sobre os acontecimentos em que declara que: «É falso que durante o dia 17 tenha havido por parte da Polícia de Segurança Pública qualquer repressão selvática contra os piquetes de greve... É de perguntar como é de que maneira resultaram da repressão «não selvática» 20 trabalhadores feridos...

CENTRO DE TRABALHO EM SANTOS-O-VELHO

Com a presença do camarada José Magro, membro do CC, efectuou-se no sábado passado a inauguração das instalações do Centro de Trabalho de Santos-O-Velho do PCP.

A jornada de confraternização levou o Largo de Santos, número 13-2.º Direito, em Lisboa, grande número de militantes comunistas, muitos dos quais, anteriormente, tinham dado o seu esforço para arranjar e decorarem as salas do prédio onde, a partir de agora, funciona mais um Centro de Trabalho do PCP.

As instalações, onde estava patente uma exposição fotográfica sobre manifestações e outras iniciativas do nosso Partido, da UEC e da UJC, foram franqueadas aos militantes cerca das 16 horas e, pouco depois, procedia-se a uma sessão inaugural informal com a presença do camarada José Magro. Um autocolante assinalava a inauguração do Centro de Trabalho.

A noite, realizou-se na Sociedade Guilherme Cosoul uma sessão de esclarecimento em que participou o camarada Francisco Miguel, membro do CC, o qual abordou principalmente a situação política, respondendo no final às perguntas que lhe foram dirigidas.

A terminar e de acordo com as iniciativas programadas para a inauguração do novo Centro de Trabalho seguiu-se uma sessão de canto livre em que actuaram, entre outros, José Jorge Letria, o conjunto Intróito e José Viana.



À VENDA NAS LIVRARIAS «AVANTE!»

LISBOA
Av. Santos Dumont, 57-C

PORTO
Rua de Aviz, 26

Livraria 18 de Janeiro
Marinha Grande

Livraria 1.º de Maio
Baixa da Banheira

E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

COLECÇÕES DO «AVANTE!»

ENCADERNADO

À VENDA NAS LIVRARIAS «AVANTE!»

E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»

AVENIDA SANTOS DUMONT, 57-2.º LISBOA

COLECÇÃO DO «AVANTE!» DE 1974 — 300\$00

COLECÇÃO DO «AVANTE!» DA CAMPANHA ELEITORAL — 100\$00

MCO SOCIALISTAS COMUNISTAS

o Coleção: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

Preço: 40\$00 Código: 62.02

A VONTADE POPULAR

Em resposta à afirmação do Ministério da Administração Interna, segundo a qual «as comissões de moradores estão à margem da lei», o deputado do PCP na Assembleia Constituinte, camarada Herculano de Carvalho, entrevistou de forma clara e objectiva, explicando pormenorizadamente aos restantes deputados de S. Bento, a forma como funcionam as comissões de moradores e a importância que representam no seio do processo revolucionário.

«... A nossa intervenção não pretende criar polémicas ou provocar conflitos com aqueles cujas ideias sobre a organização popular de base, não coincidem com as ideias que o PCP tem, sobre esta importante frente de luta. Pretende-se com tal intervenção dizer ao Governo aquilo que era sua obrigação conhecer e por outro lado prestar homenagem aos homens e mulheres portugueses, comunistas, socialistas e democratas com ou sem partido político que, nas comissões de moradores ou em outras organizações populares unitárias têm empenhado o seu saber e os seus esforços de forma desinteressada em favor da colectividade a que pertencem, numa tarefa eminentemente patriótica.

O parecer emitido pelo Ministério da Administração Interna vem cercar a possibilidade de intervenção dos trabalhadores e do povo em geral no processo revolucionário. O manifesto disparate de transformar as comissões de moradores em associações de moradores, além de revelar uma falta notável de realismo e um desconhecimento profundo do que são as comissões de moradores iria provocar o seu desaparecimento e a desmobilização de largos sectores que, aglutinados à volta das suas comissões, têm realizado as tarefas que ao Estado incumbia realizar mas que não tem a capacidade de concretizar.

Transformar as comissões de moradores em associações de moradores é retirar aquelas todas as potencialidades que lhes advêm das qualidades que as caracterizam. Transformar uma comissão de moradores numa associação de moradores é retirar aquelas organizações populares, a capacidade de intervir como actualmente intervêm na resolução de uma larga gama de problemas distintos, cuja competência tem cabido aos órgãos tradicionais de administração local e que estes têm descentralizado para maior eficácia na sua resolução e para uma maior correspondência entre os anseios populares e as tarefas a desenvolver...»

Mais adiante, o deputado comunista, referiu ainda: «... É preciso sair do gabinete, deixar a caneta na gaveta e vir para a rua ver como é, saber o que são as comissões de moradores, conhecer o seu trabalho, assistir às suas reuniões.

Mas o que dividimos é que o próprio argumento (ou seja a «justificação» que o MAI apresenta sobre a democratização relativamente às condições em que foram eleitas as respectivas comissões) seja honestamente apresentado; o que está por detrás do parecer é espantoso para matar o movimento organizado do povo português nas suas comissões de moradores e nas Assembleias Populares...»

«O FASCISMO NÃO SE DEMOCRATIZA»

Segundo o camarada Herculano de Carvalho «seria um grave erro pegar nas velhas estruturas da velha administração local como nos chegaram do Estado fascista e pensar que as democratizamos apenas porque as fizemos eleger por sufrágio directo e universal».

Os municípios, as juntas de freguesia e outros organismos vindos do fascismo têm que ser reestruturados; para uma ampla convivência democrática é extremamente necessário que esses organismos sejam dirigidos por representantes dos órgãos de vontade popular, sem destruir radicalmente as estruturas tradicionais.

«... São necessárias estruturas de administração local onde as massas populares estejam efectivamente representadas e nas quais participem viva e activamente, não só na discussão e resolução dos problemas que lhes estão mais próximos mas em todos os problemas da vida nacional...»

«... Após quase dois anos de gestão democrática e popular em algumas zonas do país, os comunistas e outros lutadores antifascistas que substituíram os quadros corruptos do regime fascista em muitas câmaras municipais, juntas de freguesia e governos civis, por muito que isso tivesse custado ao deputado Galvão de Melo, que os preferia lançar ao mar com a mesma previsível intenção que levou o criminoso Pinóchet a assassinar milhares de democratas chilenos, dizia eu, esses homens gestores de autarquias são hoje os mais habilitados para confirmar que também não basta a sua dedicação, a sua firmeza, a sua moral e espírito revolucionário, que não lhes basta a sua qualidade de homens e mulheres do povo e o seu empenho na reconstrução nacional para levar por diante a sua tarefa...»

«... As comissões de moradores, Sr. Presidente e srs. deputados, não estão à margem da lei; as comissões de moradores que constroem estradas, que colocam esgotos nos bairros de barracas, que removem lixeiras, que constroem pontes, escolas, creches e jardins de infância, que administram equipamentos colectivos, que elaboram cadernos de necessidades, não estão à margem da lei.

As comissões de moradores que procuram soluções para problemas de habitação e outros problemas que com ela se relacionam, tais como: especulações de rendas, questões de arrendamento, casas devolutas, etc., não estão à margem da lei.

As comissões de moradores que conseguiram conquistar para a sua aldeia uma farmácia, um lavadouro, um telefone, não estão à margem da lei.

São milhares os casos por esse país fora que deverão merecer o respeito de todos aqueles cuja obrigação é construir um novo país. Muitos directores gerais, muitos secretários de estado e ministros não teriam perdido nada em frequentar a Escola do Aprendizagem que têm sido as comissões de moradores.

O que é preciso é que existam normas que reconheçam a legitimidade que as populações já deram às suas comissões. É assim se tem feito. Em muitos concelhos do nosso país, as autarquias locais, melhor, as câmaras municipais com representantes das comissões de moradores e assembleias populares, já definiram os termos da regulamentação das organizações democráticas de base, designadamente as CM, de molde a garantir às populações da legitimidade desses organismos de base antes de os considerarem como representantes dessas populações...»

Para terminar a sua alocução, o camarada Herculano de Carvalho, apresentou aos deputados o exemplo flagrante de toda a problemática que envolve a actividade das comissões de moradores.

Ao escolher o concelho de Sintra, este deputado comunista, fundamentou-se em duas razões: a primeira assenta na diversidade política-social, geográfica e pela consequente actividade profissional diversificada dos seus habitantes além das desigualdades verificadas entre as zonas urbana, rural e as degradadas (bairros da lata e clandestinos). A segunda baseia-se no facto de este concelho (Sintra) ter sido visitado recentemente pelo Governador Civil de Lisboa, que muito útil seria transmitir ao MAI a experiência que colheu no contacto com as autarquias, as comissões de moradores, as assembleias populares, a legitimidade das mesmas, as relações unitárias entre os trabalhadores do concelho e as suas realizações concretas.

«... A circunscrição concelhia abarca cerca de 350000 municípios e é a mais extensa do distrito de Lisboa — 340 km². Nela está implantado um número extremamente elevado de localidades adstritas a 13 freguesias ligadas por uma rede de estradas e caminhos obviamente extensa. 13 Juntas de Freguesia sem fundos, sem pessoal, sem instalações adequadas, não dispoem de meios técnicos para a solução dos problemas mais cozinhos.

Estão constituídas quase duas centenas de comissões de moradores...»

«... A Câmara mal dispõe de dinheiro para pagar aos seus trabalhadores. Ainda há poucos meses o déficit orçamental era de cerca de 60000 contos. Há falta de escolas, de meios de transportes, estradas e caminhos, redes de esgotos, etc., não falando já de creches, centros recreativos e culturais.

Porante a dramática situação de um concelho que não é mais dramática que a de um país inteiro, sobretudo das zonas afastadas dos centros urbanos, a sua população organizada nas autodenominadas comissões de moradores, conforme terminologia do parecer do MAI, deixou mãos à obra na reconstrução da sua terra, num grande esforço colectivo, lutando simultaneamente contra os caciques fascistas que a destruiram e teimam na destruição, impulsionados por muito que consciente ou inconscientemente lhes facilitam a tarefa.

Mas passemos a citar exemplos: Rio de Côes e Ribeira do Rio de Côes, duas aldeias sem acessos, cuja população deu para a construção de estradas cerca de mil dias de trabalho. Permigam — caso similar com cerca de quinhentos dias de trabalho gratuito. Arealas — pequena aldeia onde a população abriu todas as valas para a distribuição de água numa extensão de cerca de dois quilómetros...»

E muitas outras localidades foram enunciadas por este deputado (Alvarinhos, Barreiro, Janas, Nafarros, Anços, Covas de Ferro, Vale de Cabos, Freguesia de Colares e ainda outras) ao longo do seu importante relatório, que constitui um documento básico para uma consciencialização dos que, realmente, se interessam em acompanhar de perto a luta das massas trabalhadoras unidas em prol dos mesmos objectivos: o progresso social e melhores condições de vida.

ASSEMBLEIA POPULAR DA 7.ª ZONA

As massas populares, única força motriz capaz de fazer avançar o processo revolucionário, entraram neste último domingo com a realização da Assembleia Popular da 7.ª Zona de Lisboa, em intensa actividade

Sob a palavra de ordem unitária «Avançar, Avançar, Movimento Popular», realizou-se no passado domingo nas instalações do liceu D. Dinis, a Assembleia Popular da 7.ª Zona de Lisboa onde se agregam os bairros de Olivais, Marvila e Beato.

Tendo como objectivos primordiais a intervenção organizada das massas no processo revolucionário, o estudo e a resolução dos problemas locais (através de amplas discussões), o esclarecimento das massas populares e o fortalecimento e a consolidação da unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista, esta Assembleia, à qual aderiu em número significativo o povo trabalhador da zona, surgiu na sequência de vários plênários preparativos levados a efeito na Sacor e no Ralis.

Os trabalhos iniciaram-se logo de manhã com um colóquio de abertura, no qual se debateram a situação político-militar, problemas inerentes às normas gerais de funcionamento da Assembleia e a designação das secções de trabalho, que abordaram os mais variados temas respeitantes à vida quotidiana dos trabalhadores.

Deu-se, então, início a um amplo debate de questões divididas em seis alíneas: a) Batalha da Economia e Sindicalismo; b) Saúde, Higiene e Assistência Social; c) Habitação e Urbanização, Transportes e Comunicações; d) Ensino, Actividades Culturais e Recreativas; e) Organização de Associações Populares e f) Pequenos e Médios Industriais, Pequenos e Médios Comerciantes.

Ao longo dos diálogos movidos nas diferentes secções, fizeram-se representar os órgãos locais dos trabalhadores a nível de fábricas, empresas, moradores e colectividades diversas aos quais se associaram vários especialistas dos temas em debate.

BATALHA DA ECONOMIA E SINDICALISMO

Esta secção, cujos trabalhos suscitaram o mais vivo interesse, abordou, entre outros, problemas respeitantes ao Controle Operário da produção, Poder Popular, Nacionalizações, Multinacionais, Formação Profissional, Verticalização e Desemprego, etc.

O Controle Operário foi largamente debatido, especialmente face ao problema do desemprego, apontando-se a necessidade de ser feita uma ampla campanha de esclarecimento junto dos trabalhadores que têm dúvidas sobre o significado real de controle operário.

Durante a tarde, após a discussão de outros temas, foi também denunciada a actividade contra-revolucionária do ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota, o qual instigou a Comissão de Trabalhadores da DGP (formada por fiscais deste organismo) a sanearem Pitecas Antigas.

A par das questões de ordem económica surgiram, igualmente diálogos respeitantes aos problemas políticos, internos e externos que se encontram ligados ao nosso país e à Revolução.

Perspectivas do imperialismo em Angola, as diferentes posições da Social-democracia e da esquerda em relação à independência nacional e às relações com países

socialistas e do Terceiro Mundo, foram também encaradas pelos membros presentes nos trabalhos desta secção, sem nunca esquecer os intentos neocapitalistas e imperialistas da burguesia, agrupada em Portugal nos partidos da contra-revolução.

O Ministério do Trabalho, também denominado, presentemente das Corporações ou do Interior, não só pelas suas decisões e actividades anti-operárias mas também pelos seus métodos de repressão (usando a GNR e PSP) contra trabalhadores, mereceu uma referência de repúdio.

Entretanto, em face da actual situação político-militar (com a direita a fazer-se notar em todos os sectores da vida nacional), do plano económico de emergência do VI Governo que faz recair sobre as classes trabalhadoras mais desfavorecidas o peso do aumento do custo de vida e de medidas como a do congelamento dos contratos colectivos que vai contra os interesses dos trabalhadores nas suas lutas reivindicativas contra o capitalismo e a burguesia, concluíram os membros desta secção: «Devem os trabalhadores mobilizar-se para um reforço da sua organização para que não percam, as conquistas alcançadas e o avanço do processo revolucionário rumo ao Socialismo e não permitir a recuperação capitalista.

«A crise económica não é culpa dos trabalhadores pelo que qualquer plano económico não pode fazer pagar às massas trabalhadoras a crise económica criada pela burguesia.

«Deve ser revogada imediatamente a lei anti-operária que congela a contratação colectiva e não devem os trabalhadores deixar que outros trabalhadores sofram a repressão por parte das forças burguesas exploradoras...»

«... O controle operário da produção, para além de ser uma resposta imediata a todas as tentativas de sabotagem ao desemprego e criar condições para a satisfação dos interesses dos trabalhadores, permitirá a familiarização com os problemas da economia e gestão com vista à tomada do poder económico e político pelos trabalhadores...»

Este grupo de trabalho, discutiu

ainda vários pontos referentes às nacionalizações como arma que tem de ser bem aproveitada e defendida pelas classes laboriosas.

Foi, também, aprovada uma moção em que se alerta para uma próxima agudização da luta que os trabalhadores das cadeias de supermercados Pão de Açúcar, AC Santos e Nutripl terão de enfrentar, pelo que se apela desde já para uma efectiva solidariedade das comissões de trabalhadores, em prol da salvaguarda dum trabalho «já feito e que representa conquistas alcançadas para o bem nacional».

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na secção de Saúde e Assistência Social, para além das propostas aprovadas, ficou constituída uma pró-Coordenadora com elementos da Sacor, Syres, Baptista Russo e dos bairros Olivais-Sul (Zona Poente e Zona Centro), Vale Formoso e Olivais Norte, com o objectivo de levar à realização de um Plenário de Grupos de Saúde das Comissões de Trabalhadores e das comissões de moradores da 7.ª Zona para preparar os trabalhos no campo da Saúde, Higiene e Assistência Social da próxima Assembleia Popular.

Esta secção debateu durante todo o dia problemas relacionados com a total deficiência das infra-estruturas médico-sanitárias do aparelho de Estado e a inexistência de um planeamento de formação de especialidades profissionais.

Após várias considerações, em que figuraram também questões inerentes à exploração pelas empresas ligadas à indústria de medicamentos e a forma como funcionam as clínicas particulares onde só as camadas mais favorecidas podem dar entrada, o Grupo da Secção B (Saúde e Assistência Social) concluiu da necessidade de uma política nacional de assistência social levando à criação de um Serviço Nacional de Saúde que corresponda às necessidades de todos os portugueses em geral

e das classes trabalhadoras em especial, o que forçosamente implicará na socialização da medicina e que passará pelas nacionalizações das clínicas particulares e da indústria farmacêutica, sob controle dos trabalhadores.

Foram ainda aprovadas mais três propostas. A primeira referente à exigência do imediato acabamento das obras do Infantiário Popular dos Olivais, as quais se encontram paradas há cerca de um ano em adiantada fase de acabamento, e caso não seja dado seguimento às obras do Infantiário, os subscritores desta proposta irão encetar uma ampla campanha de esclarecimento acerca das responsabilidades que caberão à firma construtora ou ao IOS — Comissão de Equipamentos Colectivos pela não utilização da empreitada, a segunda, relacionada com a constituição de um Grupo de Trabalho de Creches e Infantiários que agregue todos os grupos de trabalho sobre o mesmo assunto, em cada uma das freguesias dos Olivais, Marvila e Beato e que passará a reunir semanalmente.

«Última proposta baseia-se num trabalho de dinamização que irá ser encetado pelos diferentes grupos de Trabalho de Saúde e Assistência em estreita cooperação com elementos das comissões de moradores bem como por trabalhadores da Saúde.

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO TRANSPORTES

«A secção de habitação, urbanização e transportes, reunida em Secção de Trabalho na Assembleia Popular da 7.ª Zona (Olivais, Marvila e Beato), debatem problemas relativos aos bairros degradados...»

«Tendo presente as manobras que a reacção capitalista tem tentado levar a cabo e cujo fim é sem dúvida dificultar ou mesmo impedir a organização dos moradores, e constatada que foi a firme disposição da Comissão de Moradores da Quinta de S. Correlio, de levar a sua luta pela defesa dos interesses dos moradores até ao fim, numa demonstração clara de

consciência política ante as falsas promessas do reaccionário Gouveia, que pretende enganar os trabalhadores, prometendo-lhes em troca de desistirem da sua luta, noventa fogos completamente «dados», e as posições ambíguas e objectivamente contra-revolucionárias, tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa, manifesta a sua solidariedade activa à luta dos moradores do referido bairro...»

«Manifesta ainda o seu total apoio a todas as organizações aqui presentes, tais como as Comissões de Moradores do Bairro do Relógio e outras na sua luta pela conquista dum habitação digna...»

Este o conteúdo de uma moção aprovada pelo povo trabalhador, presente nesta secção, e que, tal como muitas outras moções aprovadas ao longo da extensa sequência dos trabalhos, reflecte a disposição das massas trabalhadoras em avançarem, na unidade, contra as manobras da reacção e edificarem a sociedade onde os exploradores não tenham cabimento.

Foram, ainda, elaboradas propostas e moções referentes ao apoio a dar aos tribunais populares e às ocupações de casas, quando estas se registarem com o devido consentimento do órgão de vontade popular local, sem desobedecerem, portanto, às elementares regras democráticas evidenciadas na maioria das ocupações feitas até agora.

Foi também aprovada uma moção de âmbito geral em que os presentes no Plenário final se solidarizaram com os militares presos no 25 de Novembro e exigem a sua imediata libertação, ao mesmo tempo que condenam a atitude tomada pelo Governo ao sanear funcionários da RTP e EN, plenamente integrados no processo revolucionário, apoiando incondicionalmente a justa luta por eles travada em prol da liberdade de expressão e direito ao trabalho.

ENSINO E ACTIVIDADES CULTURAIS

Os membros presentes nesta secção elaboraram várias moções de muito interesse como base para um possível arranque não só na construção de escolas, creches e infantários (numa estreita colaboração entre o Sindicato da Construção Civil e outros sindicatos, moradores, operários e Sindicato dos Professores), mas também de bibliotecas, órgãos de informação popular, folhas culturais e centros de convívio nos bairros.

Entre outros pontos foi focado o problema do Ensino Particular e Ensino Oficial.

A Coordenadora Mista da Assembleia Popular ficou ainda encarregada de, através das comissões de trabalhadores, de prospectar quais os operários que estão interessados em se tomarem alfabetizados e de promover cursos na zona. Idêntica missão irá ser empreendida pelas comissões de moradores.

Fábricas, colectividades e escolas serão, num futuro próximo, numerosos centros de alfabetização.

O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa apresentou nesta secção um conjunto de teses em que apoiam:

1.ª) A necessidade da ligação do ensino à produção, que poderá passar pela ligação entre a Associação, Comissões de Curso ou Comissões Pedagógicas com as Comissões de Trabalhadores ou Comissões de Controle Operário ou mesmo através dos Secretariados das Assembleias Populares, para possibilitar, visitas de estudo, explicação de certas matérias nas fábricas, pois só assim o estudante terá a verdadeira noção das realidades e se formará um bom técnico e debates entre estudantes e trabalhadores.

2.ª) A intervenção dos trabalhadores de forma organizada, na definição da política global de ensino e também nos problemas específicos das escolas, dos diversos graus da zona.

REFORMA AGRÁRIA—ALVO DO FASCISMO

A defesa da Reforma Agrária constitui uma das frentes de combate contra a reacção e o fascismo

A Reforma Agrária que, ao lado das nacionalizações e das liberdades democráticas, é uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores, constitui, neste momento, um dos alvos de ataque preferidos dos fascistas e reaccionários, de todos aqueles que estão empenhados em travar o desenvolvimento do processo revolucionário rumo ao socialismo e escancarar as portas do nosso País à ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios — o fascismo.

É neste contexto que se deve inserir o ataque verificado há poucos dias, com tentativa de sequestro de representantes dos trabalhadores, em Canhestros. Decorria um plenário dos trabalhadores agrícolas de Canhestros quando irromperam, pela sala, provocadores e lacaios de latifundiários de Ferreira do Alentejo, num bando de cerca de 50 fascistas.

Insultando e ameaçando os presentes, tentando sequestrar os delegados sindicais, os do grupelho mo-

straram mais uma vez ao povo a sua odiosa face. Mas, mais uma vez, os seus dentes de lobos esfaimados partiram-se devido à acção decidida e pronta dos trabalhadores presentes de outros de Beja e de Ferreira do Alentejo, que entretanto acorreram a fim de, ao lado dos seus companheiros, escorraçarem os reaccionários.

Nesta tentativa frustrada de ataque à Reforma Agrária estiveram presentes indivíduos sobejamente conhecidos na região, como António do Cabo Pita, Carlos Cautela Sequeira, Dâmaso José, Amaro Cesário e Joaquim Lobo Pita.

Um ataque do mesmo tipo foi tentado contra a herdade da Chaminié, em Ferreira do Alentejo, mas a acção dos trabalhadores, uma vez mais, fez gorar os intuitos dos reaccionários, tendo um deles acabado por ser preso pelos trabalhadores e entregue à GNR.

QUEM QUER LIQUIDAR AS JUNTAS DE FREGUESIA?

Os graves problemas com que se debatem as Juntas de Freguesia e a denúncia dos obstáculos que têm sido levantados à sua actividade quer pela Câmara Municipal de Lisboa quer por outros sectores da Administração, foram tema de debate na reunião promovida pelo Secretariado das Juntas de Freguesia de Lisboa, em que participaram diversas representantes dos órgãos de poder popular, comissões de trabalhadores e comissões de moradores.

Da mesa que presidiu aos trabalhos faziam parte António Pinho e Alfredo Henriques, membros do Secretariado; Manuel Candeias, do Sindicato dos Metalúrgicos; Portela Santos, da Junta de Freguesia de S. Vicente; e Alfredo Sobreira, da comissão de moradores de Santos-o-Velho.

O presidente da comissão administrativa da Junta de Freguesia de S. Miguel começou por fazer uma detalhada exposição dos problemas económicos com que se debate aquela autarquia de Alfama, cujos funcionários — se não se receber subsídio — não receberão ordenado nem o 13.º mês a que têm direito.

«Não se trata de gestão incompetente — afirmou a dada altura —, como alguns governantes pretendem fazer crer; mas sim de a Junta de Freguesia de S. Miguel ter um subsídio camarário trimestral de 11 835\$00 e de a despesa mensal com os vencimentos dos funcionários

atingir 11 650\$00. Destes casos demos conhecimento por escrito, em 24 de Junho, à administração do 1.º Bairro de Lisboa e, posteriormente, em 4 de Dezembro, ao próprio governador civil, em audiência pessoal e por escrito. Até agora, porém, nada foi resolvido pelas chamadas instâncias superiores. Estehelemos todos os contactos considerados hierárquicos: só o silêncio e o desinteresse nos responderam. Acentuamos que nenhum dos funcionários da Junta de Freguesia de S. Miguel recebe o ordenado mínimo nacional».

QUEM TEM MEDO DO PODER POPULAR?

A intervenção que se seguiu, do representante da Junta do Alto do Pina, limitou-se a reforçar o que já havia sido dito. Também naquela freguesia o problema económico é alarmante: a autarquia recebe um subsídio trimestral de 15 000\$00 e a despesa mensal com vencimentos é da ordem dos 20 000\$00. Até este mês, afirmou o orador, equilibrando as coisas, conseguimos pagar; para o mês que vem, em Janeiro, não temos dinheiro para o ordenado dos nossos funcionários.

Administração Interna, consideradas «propositadamente partidárias, divisionistas e confusionalistas». Chamou-se também a atenção para a necessidade de uma acção conjunta das várias Juntas de Freguesia, a braços com idênticos problemas e sublinhando o perigo que correriam as populações se as comissões administrativas, democraticamente eleitas, fossem obrigadas a abandonar as suas funções.

«A sabotagem ao poder popular tem de ser denunciada» — afirmou-se a dado passo, tendo a mesa que presidia aos trabalhos esclarecido que, dos 8 000 contos entregues à União das Juntas que tem trezenos empregados desnecessariamente, nenhum dinheiro foi distribuído pelas autarquias; que se fez a esse dinheiro?

O aparente desinteresse do actual presidente da comissão de gestão da Câmara foi igualmente criticado, denunciando-se o boicote constante de serviços municipais a várias iniciativas, com o nítido objectivo de desacreditar as comissões de moradores.

Prevê-se que a situação do próximo ano seja ainda mais grave, e que as verbas, e subsídios sejam ainda mais limitados.

«É uma nítida tomada de posição governamental para destruir ou minimizar os órgãos de poder popular», afirmou-se. «Mas a luta continua e nós não desistiremos, pois temos o apoio incondicional das populações».

TRABALHADORES CONTRA SUBSTITUIÇÕES NOS CENTROS DA REFORMA AGRÁRIA

Operários Agrícolas do Alentejo e pequenos camponeses tomam posição de repúdio contra a substituição das Direcções dos Centros da Reforma Agrária, decidida pelo ministro da Agricultura

Perante a decisão do ministro da Agricultura, engenheiro Lopes Cardoso, de substituir as actuais direcções dos Centros de Reforma Agrária (excepto Lisboa e Faro), anunciada num encontro de técnicos agrícolas socialistas, os Sindicatos dos Operários Agrícolas de Beja e Évora, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre, movimentaram-se numa acção de repúdio a esta substituição que, pelo menos no que se relaciona com estes distritos, tenderá a afastar homens progressistas que amplamente demonstraram encontrar-se com os operários agrícolas e pequenos e médios camponeses na realização da Reforma Agrária, uma das mais importan-

tes conquistas do processo revolucionário.

Em entrevista requerida por elementos do Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito de Beja ao ministro da Agricultura, este reaffirmou a sua decisão de substituir as actuais direcções dos Centros de Reforma Agrária, nomeando quadros da sua confiança. Ainda que coexistendo uma curiosa coincidência, o facto de tal determinação ter sido tomada pública num encontro de técnicos agrícolas socialistas, os operários agrícolas do Sul do país defendem a posição de que devem ser ouvidos em causas que dizem directamente respeito às suas condições de vida e de trabalho.

Se os actuais técnicos que se

3.ª) A necessidade dum ligação entre a Associação de estudantes, órgão representativo dos estudantes, e a Assembleia Popular, com o fim de os mobilizar para que, em unidade com os trabalhadores, se integrem em todas as jornadas de luta que se ponham no desenvolvimento do processo político português.

Os promotores destas teses referiram-se, também, ao potencial que o Instituto pode pôr à disposição dos órgãos de vontade popular nomeadamente: salas, aparelhos técnicos, equipamento desportivo e posto médico.

Factor essencial para uma cultura verdadeiramente popular, a aliança entre estudantes e trabalhadores foi o binómio que levantou, por parte das organizações populares presentes nesta secção de trabalho, o mais vivo interesse que veio a culminar numa firme determinação de estudantes e operários triarem, na unidade, o caminho da Revolução.

ASSOCIAÇÕES POPULARES

Nesta secção foi tratado o problema da organização popular, fundamentada na estruturação de comissões de trabalhadores e moradores como órgãos unitários independentes criados para uma ampla movimentação e mobilização do povo trabalhador com o objectivo de defenderem as populações e a Revolução.

Através dos seus órgãos unitários, os trabalhadores e moradores devem estabelecer uma ampla frente anti-fascista, lutando contra a repressão, contra as prisões de militares e civis progressistas apoiando e desenvolvendo acções de solidariedade e de protesto contra as prisões e perseguição dos revolucionários ao mesmo tempo que devem lutar contra a reacção e o perigo do regresso do fascismo.

É também indispensável uma estreita ligação das CT e CM e outros órgãos populares, e através delas ou dos órgãos intermédios ou venha a criar e incentivar a actividade das CT e CM dinamizando-as e criando outras onde ainda não existam.

OS PEQUENOS COMERCIANTES TEM UM LUGAR NA REVOLUÇÃO

Os pequenos e médios comerciantes e industriais que participaram nos trabalhos da secção F debateram problemas tendentes à actual estrutura económica.

No final da reunião elaboraram um resumo das suas posições onde sobressaia:

- a) A escala móvel de salários e a eliminação do congelamento dos mesmos;
- b) Os preços devem ser marcados na origem, já com a importância a pagar pelo consumidor, atendendo ao lucro do comerciante, ao peso e à quantidade;
- c) Que para a abertura de novos estabelecimentos, sejam sempre consultados os órgãos de poder popular locais;
- d) A luta contra as campanhas de aumentos de preços sanzonas;
- e) Que seja concedido o crédito já prometido às pequenas e médias empresas, bem como às cooperativas a formar;
- f) Que seja posto à disposição destas cooperativas técnicos para a planificação das mesmas, sob o controle dos trabalhadores;
- g) Que o abastecimento dos mercados e matérias primas seja feito, quanto possível, directamente da cooperativa de produção à cooperativa de consumo.

A Assembleia Popular da 7.ª Zona finalizou os seus trabalhos com um plenário de encerramento, onde foram lidas todas as propostas e moções aprovadas nas diferentes secções e ao qual esteve presente, na mesa, a Comissão Coordenadora Mista na qual figurava um representante do Ralis que foi fortemente ovacionado pelos presentes.

TRABALHADORES CONTRA SUBSTITUIÇÕES NOS CENTROS DA REFORMA AGRÁRIA

Operários Agrícolas do Alentejo e pequenos camponeses tomam posição de repúdio contra a substituição das Direcções dos Centros da Reforma Agrária, decidida pelo ministro da Agricultura

encontram nas Direcções dos Centros de Reforma Agrária são trabalhos da confiança dos trabalhadores pela acção que têm desenvolvido em prol da Reforma Agrária, a sua substituição só pode ser encarada como mais um saneamento à esquerda. Esta convicção dos operários agrícolas dos distritos de Beja e Évora, os quais realizaram, muito brevemente, um plenário para discussão das formas de resistência a adoptar perante este facto de violação das vontades dos trabalhadores, no qual participaram elementos dos Sindicatos dos Operários Agrícolas do Alentejo, delegados das Comissões de Trabalhadores das Herdades Colectivas e representantes da Liga de Pequenos e Médios Agricultores.

informação

SOLIDARIEDADE

Do Conselho Mundial da Paz



Promovida pelo Conselho Mundial da Paz realizou-se em Leninegrado uma Conferência dos Representantes dos Movimentos Nacionais da Paz, em que participaram delegações de 102 países e de várias organizações internacionais, entre as quais a ONU.

Além do Secretário-Geral do Conselho, Romesh Chandra, encontravam-se presentes diversas personalidades, nomeadamente o cônego Raymond Good, observador permanente do C.M.P. e Presidente do Comité Internacional para a Segurança e Cooperação Europeias; o prof. André Zweyacker, do Movimento Francês da Paz; Aziz Sherif, ministro iraquiano e Secretário-geral do Conselho Nacional para a Paz e Solidariedade.

Da delegação portuguesa faziam parte o dr. Sílvas Cerqueira, capitão Jorge Silvério, padre Jerónimo Augusto de Guerra Matos e a dr.ª Maria Madalena Barros de Sousa.

tuguesa, ao realizar as tarefas da liquidação do fascismo e do colonialismo, já deu uma contribuição histórica à causa da paz, da independência nacional, da democracia e do progresso social.

Prosegue chamando a atenção para os perigos que espreitam a jovem democracia portuguesa, em especial a Ingerência do imperialismo em Portugal, que constitui uma violação grave do espírito e da letra da Acta Final de Helsinquia, cujas consequências seriam muito sérias se a conspiração imperialista conseguisse triunfar.

Após referir a campanha permanente de manipulação da opinião pública no pior espírito da «guerra fria», desencadeada no mundo ocidental e mesmo em Portugal pela agência de imprensa e meios de comunicação de massas controlados pelo imperialismo, a Declaração salienta que uma das tarefas que se colocam consequentemente para as forças da paz é a de restabelecer a verdade dos factos e uma justa compreensão da realidade portuguesa, caracterizada por um vasto movimento de grandes massas populares em luta pela satisfação das suas aspirações à justiça social e para construir por si próprias um regime democrático estável.

A terminar, o comunicado afirma:

«Mas para que o povo português possa prosseguir em paz na sua vida revolucionária original, convém mais do que nunca saber combater e fazer recuar, no exterior, a ingerência, as pressões políticas e o boicote económico do imperialismo.

A Conferência Mundial dos Representantes dos Movimentos Nacionais da Paz lança um vibrante apelo às forças democráticas e de paz do mundo pela acção comum, para além das diferenças de opinião, com vista a erguer a tempo uma barreira contra a conspiração imperialista contra Portugal. A Conferência Mundial apela para os comités nacionais no sentido de intensificarem e alargarem a solidariedade moral, política e material para com o povo português e estimularem nesta base a criação de comités de apoio ao Portugal democrático.

RESOLUÇÃO SOBRE ANGOLA

A Conferência Mundial dos representantes dos Movimentos Nacionais da Paz, reunida pelo Conselho Mundial da Paz, saudou a vitória do povo angolano, a declaração de independência de Angola e o estabelecimento da República Popular de Angola.

Depois de cinco séculos de sofrimentos e catorze anos de luta armada, a capital de Angola, Luanda, viu no dia 11 de Novembro de 1975 izar a bandeira do MPLA e, com isso, nasceu um novo país independente. Começou a construção de uma verdadeira Angola, uma Angola do povo, sob a direcção do MPLA.

Os inimigos da paz, inimigos do povo angolano, não desejavam perder um país tão rico e provocaram, por isso, a invasão. A crise em Angola é um resultado das actividades do imperialismo mundial e do neocolonialismo.

A FNLA e a UNITA, com o apoio do imperialismo norte-americano, do Zaire, da África do Sul e da China, querem criar uma Angola neocolonizada.

O povo angolano vive agora tempos difíceis, devido às acções das forças reaccionárias internas ao soldo do imperialismo internacional. No entanto, jamais permitirá, guiado pelo seu glorioso MPLA, que Angola seja vendida aos estrangeiros.

A Conferência Mundial dos Representantes dos Movimentos Nacionais da Paz denuncia e repudia as intervenções das forças armadas do Zaire e da África do Sul e a ingerência de mercenários, e leva estes factos ao conhecimento da opinião pública internacional.

A Conferência pede com insistência a todos os movimentos da paz e às forças de progresso que desenvolvam com todas as suas energias pressões sobre os seus governos para que estes apoiem o MPLA e reconheçam o Governo Popular de Angola.

A Conferência felicita calorosamente o Primeiro Presidente da República Popular de Angola, o Dr. Agostinho Neto, membro da Presidência do Conselho Mundial da Paz.

Viva a República Popular de Angola, sob a direcção do MPLA, único representante verdadeiro dos interesses do povo angolano!

DECLARAÇÃO SOBRE PORTUGAL

A referida Declaração começa por salientar que a revolução por-

Da Federação Mundial da Juventude Democrática

O Comité Executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática, reunido em Kladno, na República Socialista da Checoslováquia, adoptou uma resolução sobre a situação no nosso País, na qual exprime a sua preocupação perante o desenvolvimento da situação em Portugal, onde as forças do fascismo e da reacção levantam a cabeça contra a jovem democracia portuguesa.

No referido documento, aquele órgão executivo da FMJD afirma: «Na situação em Portugal, a reacção interna e a reacção internacional procuram desenvolver, por todos os meios, medidas antipopulares. As forças do imperialismo, da reacção e do fascismo utilizam e alimentam uma formidável campanha anticomunista, intentando manter um clima de tensão e de crise política e económica. O seu objectivo confesso é anular as conquistas revolucionárias conseguidas pelo povo português desde o 25 de Abril de 1974, e travar o processo de desenvolvimento democrático no país».

Salientando o perigo real do fascismo, a resolução da FMJD sobre o nosso país chama a atenção para o apoio que o imperialismo concede aos que lutam contra a democracia, o que é contrário aos princípios adoptados na Conferência de Helsinquia.

Depois de referir as inúmeras provas de apoio e de solidariedade para com o nosso povo, para com a



APOIO AO MPLA E A ANGOLA

Na mesma reunião do Comité Executivo da FMJD foi aprovada uma declaração sobre Angola, na qual aquela organização saudou a proclamação de independência pelo legítimo movimento de libertação nacional, o MPLA.

Na sua declaração sobre a República Popular de Angola e as agressões do imperialismo de que

tem sido vítima, a Federação Mundial da Juventude Democrática salienta: «Declaramos firmemente que a luta em Angola não é uma guerra entre os movimentos de libertação, mas uma luta do legítimo governo de Angola conduzida pelo MPLA contra o imperialismo, os seus agentes e aliados no interior de Angola e de África e no exterior. O Comité Executivo condena essas maquinações imperialistas que têm por objectivo empurrar a juventude e o povo de Angola para uma guerra fratricida, forjando uma solução neocolonialista».

O documento termina apelando para a solidariedade internacional para com o povo angolano e a sua vanguarda revolucionária — o Movimento Popular de Libertação de Angola.

Entre as decisões tomadas pelo Comité Executivo contam-se a realização de um comício em Lisboa de solidariedade com a juventude e os povos das ex-colónias portuguesas, bem como a realização, numa cidade da Europa, de um comício de solidariedade com a juventude e o povo de Portugal, contra a ameaça fascista.

APOIAR O POVO CHILENO



Na senda do crime, base da política que prossegue desde o sangrento derrubamento do governo de Unidade Popular, Pinochet esforça-se por condenar a morte lenta os revolucionários chilenos que não abateu a tiro, ou não aniquilou pela tortura.

Nos antros das prisões chilenas, nos seus campos de concentração, muitas vidas correm perigo. Vidas que só a luta interna do povo chileno, a sistemática e reforçada solidariedade internacional, poderão salvar.

Daniel Vergara, Subsecretário do Interior é director colaborador do presidente Salvador Allende, e dos senadores da República duran-

te o governo de Unidade Popular, Erick Schnake e Jorge Montes, estão gravemente doentes nas mãos dos esbirros de Pinochet.

Daniel Vergara foi preso a 11 de Setembro de 1973, posteriormente ferido num braço quando enviado para a ilha de Dawson. Esteve preso em diversos campos de concentração. Os maus tratos a que foi submetido agravaram o seu precário estado de saúde. Actualmente, encontra-se no tristemente célebre campo de concentração de «Trés Alamos», em Santiago.

Erick Schnake, membro da Comissão Política do Partido Socialista do Chile, foi igualmente preso em 11 de Setem-

bro de 1973, encarcerado no regimento Tacna e na Academia de Guerra de Santiago, e barbaramente torturado. Foi posteriormente submetido a Conselho de Guerra pela Força Aérea e condenado a 30 anos de prisão, pena que está a cumprir na prisão de Santiago.

Jorge Montes, membro do Comité Central do Partido Comunista do Chile, foi preso em Julho de 1974, quando cumpria tarefas do seu Partido na clandestinidade. Nada se soube dele até 24 de Janeiro de 1975, tendo finalmente aparecido na Penitenciária de Valparaíso, em precário estado de saúde, em consequência das torturas a que tinha sido sujeito em campos de concentração do Sul do país. Actualmente está em «Trés Alamos».

Montes, Vergara e

Schnake, são militantes activos na luta pela libertação do seu povo. As suas vidas correm perigo. Salvá-las é também contribuir para a luta do povo chileno pela democracia, contra o fascismo. Salvá-las, é dever imperioso e elementar de solidariedade internacional entre forças e militantes progressistas.

Daniel Vergara e Erick Schnake são advogados. Jorge Montes, professor primário. Impõe-se que as respectivas associações profissionais, a nível nacional e internacional, erguam o seu protesto contra as condições em que estes se encontram presos, reclamem a sua libertação. A confluência de todos os esforços permitirá alcançar mais uma vitória, uma confirmação do poder da solidariedade internacional.

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

UM LIVRO QUE TODOS OS MILITANTES DEVEM LER

manobras dos defensores do capitalismo não têm alcançado os objectivos preconizados. A realidade viva é demasiado difícil, pesa brutalmente sobre os ombros das massas trabalhadoras. Torna-se cada vez mais complexo ocultar a verdade do que se passa no mundo socialista. A luta de massas é imparável e aumenta de envergadura de ano para ano. Nessa luta, a batalha pelo esclarecimento ideológico ganha um peso cada vez maior.

Contra as manobras da reacção: a revolução avança no Peru

Face aos novos progressos registados no curso do processo revolucionário do Peru, a reacção peruana reage com ameaças e demagogia, esforça-se por surgir com a capa dos campeões da democracia, apoda as forças mais consequentemente revolucionárias de antidemocráticas.

Em declarações recentemente produzidas, o presidente Francisco Morales Bermudez denunciou a escalada contra-revolucionária, que tem como objectivo pôr em causa o regime progressista actual, e advertiu as forças reaccionárias que serão tomadas medidas severas e irreversíveis para responder a tal escalada.

Conforme afirmou o presidente Bermudez, a escalada com que se pretende inverter o curso da revolução peruana utiliza como táctica preferencial os esforços para romper a unidade das Forças Armadas. «Assim — afirma Bermudez — eles tentam infiltrar-se nas organizações populares, pagam jornalistas, editam jornais e revistas com que se esforçam por confundir o povo, caluniam a linha revolucionária dos chefes das Forças Armadas e propõem, por fim, a alternativa de uma saída eleitoral.»

As forças da direita, em particular o partido Acção Popular, manifestaram já a sua posição contra os programas de Bermudez, em que se esboça uma nova fase, mais profunda, da revolução peruana. Em recente declaração pública, o partido Acção Popular pronuncia-se contra a continuação e aprofundamento de reformas essenciais para a liquidação das estruturas económicas capitalistas, pela realização imediata de eleições, com o retorno ao sistema eleitoral burguês, contra os elementos progressistas do Governo. Assumindo um tom alarmista e ameaçador, a Acção Popular afirma que a concretização das medidas anunciadas pelo presidente Bermudez «poderão conduzir o país a uma crise política que os cidadãos e o povo peruano desejam evitar».

As ameaças da direita não encontram o povo peruano desprevenido. «É preciso não confundir prudência com fraqueza, tolerância com libertinagem, actividades legais e acções subversivas — afirmou o presidente peruano, que acrescentou: — As Forças Armadas e o povo trabalhador dizem: basta!»

Bermudez reafirmou a decisão de avançar com o processo revolucionário, e de transferir o poder para o povo, o que significa «o acesso das massas trabalhadoras aos meios de produção, fundamentalmente através da propriedade social». Os avanços na Reforma Agrária e o alargamento da propriedade social foram apontados como «pilares básicos na definição ideológico-política da revolução».

As armas da reacção no Peru são as mesmas armas universalmente utilizadas pelas forças contra-revolucionárias, sempre que se encontram ameaçados os interesses do capital. A divisão entre as forças progressistas. E infiltração nas organizações populares, para as adular e, finalmente, desarticular. Uma vasta rede de propaganda, destinada a confundir os menos esclarecidos — todos aqueles a quem o processo revolucionário ainda não arrancou ao domínio da ignorância e dos falsos conceitos — e mesmo a influenciar o curso dos acontecimentos. A calúnia sistemática das mais relevantes figuras de revolucionários. A deformação dos objectivos revolucionários, e das vias para os alcançar. A saída eleitoral — em circunstâncias de incompleto esclarecimento popular, num clima de falsificação do conceito e dos métodos revolucionários, com zonas em que não impera de facto a real liberdade de escolha — como única forma de expressão democrática.

Isto, enquanto se ataca as mais profundas conquistas da revolução.

Como pano de fundo, o esforço para que não seja captado pela consciência popular económica do poder político, a verdade básica da luta de classes como motor do processo revolucionário, os partidos como expressão dos interesses de classes antagonicas. O arvorar de uma democracia formal, baseada na ignorância dos pilares do processo socio-político e económico, como o modelo único e verdadeiro de democracia. A única de facto que pode convir aos que baseiam o seu jogo político no obscurantismo. Aos que defendem os interesses do capital. Aos que não se ensaiarão muito para dar o passo seguinte — se necessário — o passo rumo ao fascismo.

Com recuos e avanços, com oscilações — como em todos os processos revolucionários — a Revolução avança no Peru. Pese à reacção nacional e internacional. Superando os momentos difíceis. Fazendo face às manobras da contra-revolução.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (12 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal	70500
Via aérea	85500
OUTROS PAÍSES	
Via normal	90500
Via aérea	175500
EUROPA	
Via normal	90500
Via aérea	120500
ANGOLA, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal	90500
Via aérea	150500

Envie em cheque/vale de correio, correspondente ao preço da assinatura para «Editorial Avante!», Av. Santos Dumont, 57-2.º LISBOA

Uma grande crise perpassa no mundo capitalista

Enquanto a imprensa burguesa de todo o mundo (nomeadamente a portuguesa) vasculha detalhadamente o plano soviético de economia para o próximo quinquénio, esforçando-se por encontrar nele elementos que, devidamente adulterados, possam servir para demonstrar in-existent paralelismos entre a economia socialista e a economia capitalista, enquanto se inventa e distorce para apontar ao mundo socialista os graves problemas em que se debate o capitalismo, os números que nos vêm da CEE e dos Estados Unidos, do conjunto dos países mais desenvolvidos e industrializados de economia capitalista, dizem-nos, de uma forma mais expressiva que todos os discursos e teorizações com que se pretende velar a realidade, da grande crise que perpassa a Europa Ocidental e a América, a grande crise que só poupa os povos que já se libertaram da exploração do capital.

De acordo com os dados estatísticos publicados pela Comissão das Comunidades Europeias sobre a subida de preços nos países da CEE, de Outubro de 1974 a Outubro de 1975, os aumentos de preços registados nos vários mercados oscilaram entre cinco por cento e 25,9 por cento (na Grã-Bretanha). Os preços aumentaram em 18,9 por cento na Irlanda, em 12,1 na Itália, em 11,4 no Luxemburgo e entre cinco e dez por cento nos restantes países. A situação nos outros países industrializados do Ocidente apresenta-se igualmente grave. A OCDE reconheceu mesmo, recentemente, que o Ocidente tem estado a atravessar a maior recessão económica desde a Segunda Guerra Mundial, ultrapassando 15 milhões o número de desempregados nos países que integram aquela organização.

Nos Estados Unidos a situação é idêntica. O ano de 1976 apresenta-se com sombrias perspectivas. Cerca de oito milhões de americanos estão desempregados. O poder de compra real da população diminuiu de 5,6 por cento. As previsões dos economistas para 1976 são um ritmo de inflação de 7 por cento, mais de 7 por cento da população activa lançada no desemprego.

Num relatório que engloba 15 países, o Ministério da Agricultura dos EUA constata que de Setembro de 1974 a Setembro de 1975, os preços dos produtos alimentares sofreram um aumento de 27,5 por cento na Argentina, 27,7 por cento na Grã-Bretanha, 25,6 por cento no Brasil e 16,4 por cento na Suécia.



Os dados são claros e inequívocos. A realidade viva particularmente difícil. Sobre as massas trabalhadoras do mundo capitalista paira, permanentemente, o grande medo do desemprego, em particular em certos sectores, em determinados níveis de idade. A juventude é projectada entre uma escola que lhe fecha as portas, e as da vida profissional, que não se lhe abrem. Homens e mulheres válidos são afastados como «incapazes», pela engrenagem capitalista. A inflação engloba os aumentos salariais, esgota os salários na obtenção de alimentos, mesmo assim reduzidos pela sua imparável subida. Este o eldorado da democracia ocidental, que se pretende arvorar como símbolo de fartura e liberdade, a quem viveu a opressão e só conheceu padrões de vida de miséria.

A inflação, o desemprego, a regressão económica, não sobem nós gráficos da economia capitalista sem encontrar pela frente a luta firme das massas trabalhadoras pela defesa dos seus interesses. O agravamento do custo de vida provoca a resistência mais acentuada das classes trabalhadoras, que exigem aumentos salariais para compensar os aumentos de preços. Paralelamente ao agravamento da crise económica do capitalismo, cresce a luta e a consciencialização das massas populares. Segundo informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tomaram parte, em 1974, em lutas reivindicativas nos países ocidentais, 25 milhões de trabalhadores, ou seja, mais três milhões do que em 1973, tendo o total de dias de trabalho perdidos, devido a greves, aumentado em 35 por cento.

Neste contexto, os malabarismos numéricos e verbais, para apresentar a situação económica e social nos países socialistas como paralela à do mundo capitalista, tem objectivos transparentes. Como todas as outras formas de que se reveste o anticomunismo, visa retirar às massas populares qualquer perspectiva de melhoria da sua situação actual de uma forma radical e definitiva, apresentar a estrutura económica capitalista como eterna e única, e como tal inútil toda a luta na perspectiva do seu derrubamento. Entretanto, o próprio facto de ser necessário reconhecer publicamente as profundas dificuldades em que se debate o mundo capitalista, atesta da sua gravidade e, simultaneamente, torna mais premente o recurso ao denegimento da situação nos países socialistas.

Como a própria prática o vem a demonstrar, as

EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Constituindo uma realidade, urge defender hoje, com todas as forças, a consolidação da Reforma Agrária, principal alvo das tentativas reaccionárias. A festa-comício promovida pelos Organismos dos Bancários e dos Seguros do PCP provou a solidariedade de outros sectores com a luta dos trabalhadores do campo

A Reforma Agrária não voltará para trás. A aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo é uma das intransponíveis barreiras que os reaccionários terão de enfrentar sempre que tentarem pôr em causa esta grande conquista da Revolução. O comício-festa de apoio à Reforma Agrária, realizado na passada sexta-feira em Lisboa, numa iniciativa dos organismos dos Bancários e dos Seguros do Partido Comunista Português, a solidariedade ali desvendida, é mais uma das provas de que os trabalhadores do campo, tal como os trabalhadores da cidade, prosseguirão na sua luta, até à vitória final.

Convocado para manifestação de solidariedade e apoio ao heróico proletariado agrícola e pequenos camponeses do sul, o comício-festa do Pavilhão dos Desportos foi uma vibrante jornada durante a qual o povo de Lisboa saudou os grandes passos dados pelos trabalhadores alentejanos no caminho da Reforma Agrária, traçando desde já a via para a edificação da futura agricultura socialista portuguesa.

Milhares de pessoas acorreram ao Pavilhão dos Desportos, respondendo ao apelo dos nossos camaradas bancários e dos seguros. Grandes delegações dos dois organismos promotores da iniciativa, uma delegação de trabalhadores comunistas do comércio, a Brigada «Che Guevara» da UJC da Amadora, e milhares de comunistas e de trabalhadores da capital quiseram estar presentes, contribuindo monetária e moralmente, solidária e activamente,

não seja novamente espezinhada por último que os comunistas bancários estarão sempre com os trabalhadores agrícolas na luta pela Reforma Agrária e pela melhoria das condições de vida daqueles trabalhadores, e tudo farão para que a banca seja efectivamente posta ao serviço dos trabalhadores.

«Sem esquecermos a acção de vanguarda desempenhada pelo operariado fabril e o seu ardor revolucionário — acentuou o camarada Augusto Fidalgo que falou a seguir em representação do Organismo dos Seguros — não queremos, nem podemos, no decorrer desta jornada de apoio à Reforma Agrária, deixar de distinguir, muito particularmente, os heróicos trabalhadores dos campos que, firmemente dispostos a avançarem com as medidas revolucionárias, jamais recuaram ou se deixaram intimidar por recorrentes ataques de que são alvo por parte dos grandes agrários e dos sudestistas do antigo regime.»

Destacando depois que a consciência de classe e a determinação desses trabalhadores são o garante seguro de que a Reforma Agrária avançará e com ela o processo revolucionário, o orador acentuou que todos os trabalhadores dos «mais diversos sectores de actividade saberão encontrar as formas unitárias de organização que lhes irão permitir, em breve prazo, a consolidação das liberdades e de todas as conquistas da Revolução».

A informação de que cinco jornais — Urbano Tavares Rodrigues, Joaquim Benite, Fernando Guerreiro, Adelino Tavares da Silva e Galvão Correia — tinham sido suspensos das suas funções do jornal «O Século» provocou viva repulsa entre a assistência que durante alguns minutos gritou: «abaixo a reacção». O mesmo viria a repetir-se quando mais tarde chegou a notícia que forças policiais fortemente armadas tinham selado as instalações do Sindicato da Indústria Farmacéutica, onde no dia seguinte deveriam efectuar-se eleições.

Mas a reacção encontrará o seu fim frente aos trabalhadores das fábricas e frente aos «trabalhadores agrícolas que nas unidades de produção e cooperativas, vencendo as dificuldades que a reacção e as forças conservadoras lhes levavam, têm lutado com ânimo e grande determinação pela consolidação de uma das maiores conquistas da nossa Revolução — a Reforma Agrária», como acentuou a oradora seguinte, Ana Maria Cerqueira, em nome do Organismo dos Bancários de Lisboa do Partido Comunista Português. Acentuou

por último que os comunistas bancários estarão sempre com os trabalhadores agrícolas na luta pela Reforma Agrária e pela melhoria das condições de vida daqueles trabalhadores, e tudo farão para que a banca seja efectivamente posta ao serviço dos trabalhadores.

A HORA PRESENTE É DE MOBILIZAÇÃO

Representando, igualmente, o Organismo dos Bancários falou a seguir o camarada Tavares Sousa, que a dado momento afirmou:

«A hora presente é de mobilização. Mobilização em torno de tarefas que tenham em conta a situação real em que nos encontramos. Agora, mais do que nunca, perante a ameaça real do fascismo, é urgente e imperioso vencer os sectarismos, vermos claramente quais as classes, sectores e camadas da população interessados na defesa das liberdades democráticas, na defesa das conquistas da Revolução a fim de juntos darmos as mãos sem hesitações e desconfianças, de modo a fazermos frente, unidos, às investidas das forças reaccionárias.»

«A Reforma Agrária — acrescentou — não interessa só aos que trabalham directamente a terra. Interessa também a todos os trabalhadores bem como a camadas da população não-proletárias que ainda hoje a olham com uma certa frieza e com uma certa incom-



O camarada António Gervásio

preensão, fruto de campanhas sistemáticas de intoxicação e desinformação, de alguns que deveriam estar e não estão — ou pelo menos não estiveram — sem quaisquer equívocos do lado dos oprimidos e explorados.

«A Reforma Agrária — continuou Tavares Sousa — para se efectivar e defender terá, pois, que contar com o apoio de todos aqueles que estejam sinceramente interessados na construção de uma sociedade mais justa, que desejem ardentemente a paz, a independência nacional e o progresso social.»

Salientando mais adiante que os trabalhadores bancários herdaram

do passado tradições de luta que urge reavivar, o orador afirmou, depois de ter apelado para a solidariedade de todos os trabalhadores bancários e dos seguros no apoio aos trabalhadores agrícolas que com a sua luta defendem a Reforma Agrária:

«Cremos — ou melhor, temos a certeza — que face à besta fascista que já nos espreita, saberemos reencontrar a nossa vocação unitária, veremos agora de que lado estamos da barricada. Os comunistas bancários e de seguros, ao fazerem o apelo à unidade e à participação de todos os trabalhadores destes dois sectores, querem também afirmar que tudo farão para ganhar a sua confiança e que estão dispostos a porer todas as suas energias, toda a sua experiência ao serviço dos trabalhadores, ao serviço da Revolução.»

E ao terminar: «Camaradas, a hora é de unidade e de aproximação.»

DESTRUÍDO O PODER DOS LATIFUNDIÁRIOS

Começando por recordar que a expropriação das grandes propriedades no Sul do País está praticamente realizada, usou da palavra, por último, o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, afirmando que o poder dos grandes latifundiários foi destruído, pois dos 1 200 000 hectares de terra que oficialmente deveriam ser expropriados, mais de um milhão já se encontra na posse dos trabalhadores.

Considerando a Reforma Agrária como a maior realização depois do 25 de Abril e da conquista das liberdades democráticas salientou que actualmente existe uma situação nova no Alentejo, onde a força do proletariado agrícola e os pequenos agricultores não mais é explorada. E muito

DELEGAÇÃO DA UJC VISITA A URSS

As juventudes portuguesa e soviética estreitam os laços de amizade e cooperação

Na sequência do intercâmbio sócio-cultural e da intensificação dos laços de amizade e solidariedade que une as juventudes portuguesa e soviética deslocou-se recentemente à URSS uma delegação da União da Juventude Comunista Portuguesa, a convite do Comité das Organizações da Juventude da URSS.

Durante a sua estadia naquele país a delegação da UJC teve oportunidade de visitar alguns centros culturais da cidade de Moscovo, assim como a República Socialista da Estónia, sendo de salientar a importância dos contactos havidos com representantes da juventude e do povo soviético.

Conforme salientou o chefe da delegação, Henrique Pacheco das Neves, membro do Comité Central da UJC, esta visita permitirá certamente reforçar as relações da juventude portuguesa com a juventude soviética que, como vemos oportunidade de constatar, possuem um forte sentimento de solidariedade para com a juventude de Portugal, o povo português e a nossa revolução.

O contacto com a realidade soviética, afirmou ainda o jovem Henrique Pacheco, ajudará a UJC a levar a cabo uma das suas mais importantes tarefas — a luta contra o anticomunismo e anti-sovietismo.



dos pequenos agricultores ou, então, na apanha da azeitona quando estes não têm possibilidades físicas de o fazerem. De igual modo destacou o papel importante que os pequenos agricultores têm tido na utilização dos grémios para se furtarem aos intermediários que os exploram de todas as maneiras e feitios.

A festa-comício prosseguiu até cerca das duas horas da manhã com uma sessão de canto livre em que participaram alguns artistas conhecidos, nomeadamente José

Jorge Letria, Fernando Tordo, Helena Isabel, José Barata Moura, Samuel, Armando Caldas, José Viana e José Manuel Osório. Teve particular significado a actuação de dois bancários, os primeiros saenamentos à esquerda que se realizaram após o 25 de Abril e que tiveram lugar na cursal do BNU na Lourinhã, onde a reacção não perdeu o facto de dois trabalhadores bancários não se submeterem às suas ordens para colaborar na continuação da exploração dos trabalhadores.



para a defesa de uma das grandes conquistas da Revolução: a Reforma Agrária.

Foi num recinto que fazia recordar, pelo seu entusiasmo, o primeiro grande comício realizado pelo Partido Comunista Português também naquele local, que o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central — que se encontrava acompanhado por António Gervásio, da Comissão Política do CC e José Magro do CC, e alguns camaradas dos bancários e dos seguros — usou da palavra, dando início à festa-comício de apoio aos trabalhadores do campo.

Começando por historiar, em breves palavras, o que tem sido desde sempre a luta dos trabalhadores agrícolas, escravizados pelos grandes latifundiários e que agora começam a constatar que a justiça social se aproxima, o camarada Francisco Miguel apelou para a defesa das grandes conquistas da Revolução Portuguesa, uma das quais é a Reforma Agrária, bem como a união de todas as forças que queiram barrar o caminho às forças de direita numa luta consciente para que a liberdade

listas — Urbano Tavares Rodrigues, Joaquim Benite, Fernando Guerreiro, Adelino Tavares da Silva e Galvão Correia — tinham sido suspensos das suas funções do jornal «O Século» provocou viva repulsa entre a assistência que durante alguns minutos gritou: «abaixo a reacção». O mesmo viria a repetir-se quando mais tarde chegou a notícia que forças policiais fortemente armadas tinham selado as instalações do Sindicato da Indústria Farmacéutica, onde no dia seguinte deveriam efectuar-se eleições.

Mas a reacção encontrará o seu fim frente aos trabalhadores das fábricas e frente aos «trabalhadores agrícolas que nas unidades de produção e cooperativas, vencendo as dificuldades que a reacção e as forças conservadoras lhes levavam, têm lutado com ânimo e grande determinação pela consolidação de uma das maiores conquistas da nossa Revolução — a Reforma Agrária», como acentuou a oradora seguinte, Ana Maria Cerqueira, em nome do Organismo dos Bancários de Lisboa do Partido Comunista Português. Acentuou

MEDALHA LÉNINE PARA MAGALHÃES VILHENA

A União Soviética distinguiu com a «Medalha Lénine» o nosso camarada Magalhães Vilhena, cuja vida tem sido dedicada à causa da paz, do progresso e amizade entre os povos

A medalha comemorativa do centenário de Lénine foi entregue na passada sexta-feira ao nosso camarada prof. Vasco Magalhães Vilhena, destacado lutador antifascista e eminente personalidade da cultura europeia.

A cerimónia de entrega da «Medalha Lénine», que decorreu na sede da Associação Portugal-UR.S.S., foi presidida pelo ministro-conselheiro da Embaixada Soviética em Lisboa, dr. Albert A. Matveev, que se afirmou muito honrado pelo desempenho de tal tarefa pois «o camarada Vilhena é bem conhecido na União Soviética e em todo o mundo pelo seu contributo para a paz e amizade entre os povos».

O elevado significado da distinção agora atribuída ao nosso

camarada Vilhena, bem como a sua actividade de militante pela causa da paz e do socialismo foram destacados por alguns dos presentes à cerimónia, entre os quais se contavam Fernando Lopes Graça, Manuel L. Rodrigues e Rogério Paulo. Da mesa faziam parte, além do ministro-conselheiro soviético e do homenageado, o conselheiro cultural da Embaixada; o camarada Aurélio Santos, suplente do CC do PCP; Armando Myre-Dores, vice-presidente da Associação de Amizade; o maestro Lopes Graça e o eng.º Blasco Hugo Fernandes.

Expressando-se com profunda emoção, o camarada Magalhães Vilhena agradeceu a homenagem, sublinhando no entanto que ela não era só para si, mas sim para todos os portu-

gues antifascistas que «lutaram, sofreram e morreram pelo seu ideal, contra a ditadura fascista».

O prof. Magalhães Vilhena, que nasceu em S. Tomé em 1916, é um investigador de formação marxista com prestígio em todo o mundo. Formou-se em Filosofia na Sorbonne, com a mais alta classificação, e pertenceu ao quadro de investigadores do seminário de Filosofia Antiga da Sorbonne, do Centro Nacional da Investigação Científica. Actualmente exerce actividade docente na Faculdade de Letras de Lisboa.

O camarada Magalhães Vilhena é militante do PCP desde 1932 e faz parte do Conselho Mundial da Paz desde a sua formação.



SOLIDARIEDADE DO POVO HÚNGARO NA FESTA INFANTIL DE NATAL DO PCP

A solidariedade internacional do campo socialista, e em particular da República Popular da Hungria, foi uma das realidades da Festa Infantil de Natal do nosso Partido

A solidariedade do povo da República Popular da Hungria, expressa desta vez na oferta de dois mil brinquedos para a Festa Infantil de Natal do nosso Partido (foi aplaudida por milhares de crianças que, deste modo, viveram na amizade, na camaradagem e na alegria uma grande jornada de internacionalismo proletário).

Os Pioneiros, organização infantil do nosso Partido, como porta-voz das crianças reunidas em festa na FIL, no passado domingo dia 21, expressaram a sua gratidão ao povo húngaro, nestes termos: «As crianças portuguesas agradecem a amizade do povo da Hungria e, em especial, dos trabalhadores das fábricas que fizeram os brinquedos para serem distribuídos nesta grandiosa festa.»

Esta mensagem, lida por um pioneiro da Organização de Lisboa, foi entregue ao camarada Embaixador da República Popular da Hungria que se encontrava presente na festa. Milhares de crianças encheram completamente o recinto da FIL, cujas paredes se encontravam decoradas com painéis pintados pela organização dos Pioneiros.

Iremos todos unidos, pelos campos floridos, gritar liberdade!», cantaram os Pioneiros de Santa Iria da Azóia na abertura do espectáculo apresentado pelos nossos camaradas Maria do Céu Guerra e Mário Castrim. Actuarium ainda com canções e poemas acompanhados pelos nossos camaradas Kurt, artista ilusionista, encantou as crianças com os seus

números de magia e os palhaços constituiram, como sempre, o espectáculo mais popular, seguindo-se canto livre com os camaradas Tordo, Letria e o conjunto Intróito.

A entrada do camarada Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, na FIL, foi saudada com grande vibração e entusiasmo por parte dos camaradas e amigos presentes.

Após a distribuição dos brinquedos, oferecidos pelos trabalhadores húngaros, foram lidas algumas das muitas mensagens que as organizações de pioneiros e outras de carácter juvenil dos países socialistas enviaram às crianças portuguesas por ocasião desta festa de Natal do nosso Partido.

Muitas escolas da União Soviética endereçaram às crianças portuguesas expressões da sua solidariedade e amizade. Nelas, o mesmo constante desejo de paz e felicidade entre os povos e o apoio à luta popular pela conquista destes objectivos só alcançáveis com o pleno triunfo do Socialismo.



Os pioneiros da Cidade-Heróica de Moscovo, capital da U.R.S.S., dizem as crianças portuguesas neste Natal de 1975:

«Nós vivemos num país feliz. A nossa infância é protegida pelo Estado. Nós não sabemos o que é a fome, a miséria e o analfabetismo. Para nós construíram-se palácios de desporto e de cultura. Temos os nossos acampamentos de Pioneiros e cidades desportivas. No nosso país faz-se tudo para que vivamos com alegria. Nós somos os pioneiros do país dos soviets. Desejamos-vos que o ano de 1976 seja feliz para as crianças e para todo o povo português. Que os horrores do fascismo não mais regressem à vossa Pátria!»

«Os comunistas, na primeira fileira das forças revolucionárias, tudo farão para que as crianças portuguesas usufruam as condições que tornam a infância a única classe privilegiada dos países socialistas.»

edições Avante!

RECOMENDAM NO NATAL OFERECE LIVROS

Visita na Avenida da Liberdade n.º 170 em Lisboa a grande EXPOSIÇÃO-VENDA

DISCOS — ARTESANATO